

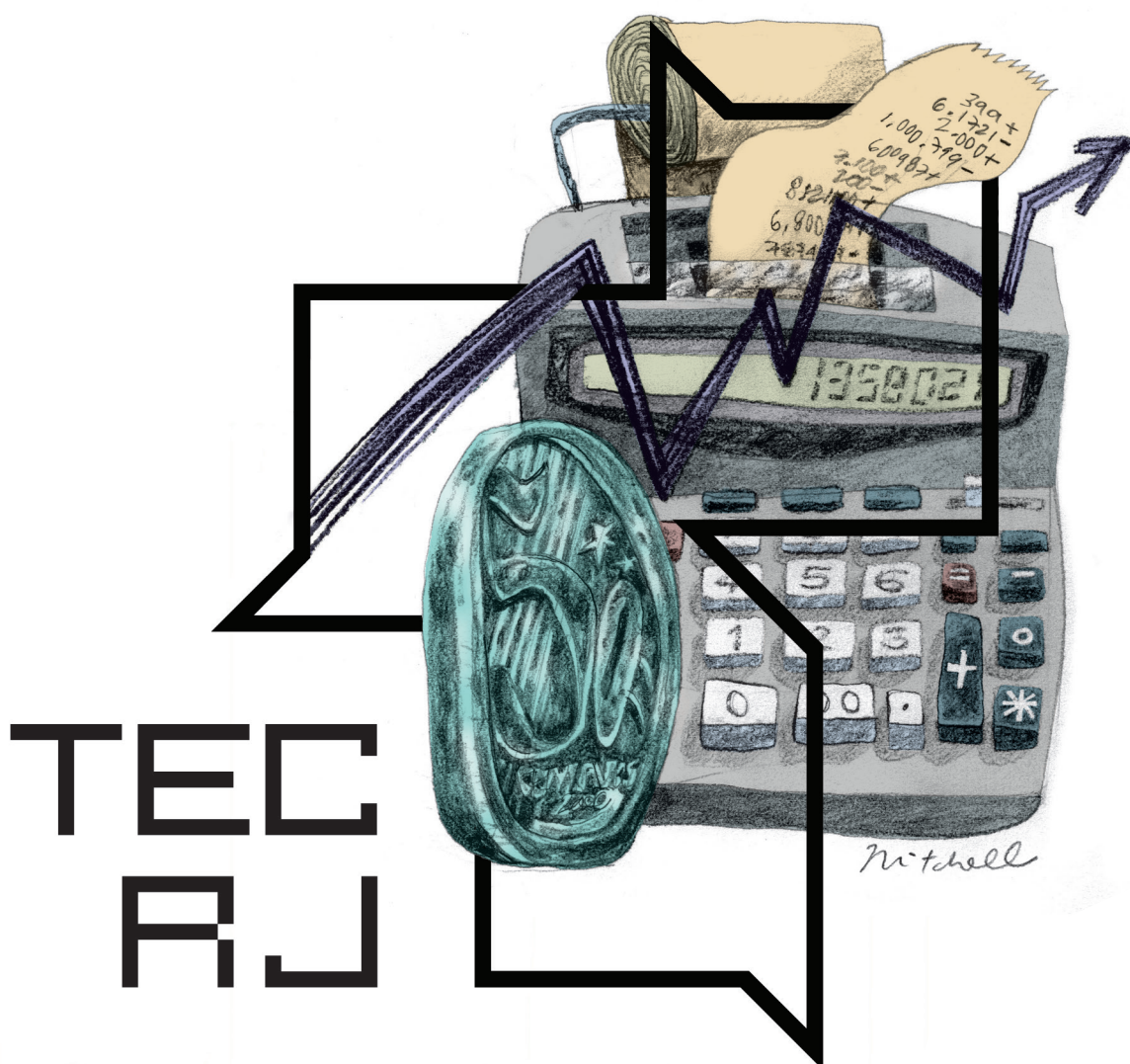
TEC
ADM

APOSTILA COMPILADA

ORGANIZADOR: GLAUCO CARVALHO CAMPOS

Contabilidade Geral e Custos

VOLUME ÚNICO



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador: Wilson Witzel

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação: Leonardo Rodrigues

FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

www.faetec.rj.gov.br

Presidente: Romulo Mello Massacesi

Vice Presidente Educacional: Maicon Luiz Lisboa Felix

Diretora da Diretoria de Desenvolvimento da Educação: Márcia Cristina Pinheiro Farinazo

Coordenadora de cursos técnicos do Programa Tec Rio: Bárbara Sales Castelhana

Fundação Cecierj

www.cecierj.edu.br

Presidente: Gilson Rodrigues

Vice-presidente: Marilvia Dansa de Alencar

Elaboração de Conteúdo

Glauco Carvalho Campos

Coordenação do Programa Tec RJ

Priscila de Souza Costa Couto

Diretoria de Extensão

Michelle Casal Fernandes

Diretoria de Material Didático

Bruno José Peixoto

Coordenação de Design Instrucional

Flávia Busnardo da Cunha

Diretoria de Material Impresso

Ulisses Schnaider

Revisão Linguística

Rosane Oliveira

Ilustração

Vinicius Mitchell

Capa

Larissa Averbug e Vinicius Mitchell

Projeto Gráfico

Larissa Averbug

Produção Gráfica

Fábio Rapello Alencar

APOSTILA COMPILADA

Composição do material:

Rede E-TEC Brasil

Título: Contabilidade de Custos

(Técnico em Contabilidade)

Autor: Alexandre Xavier Vieira Braga

UFMT, 2015, 72 p., 9 aulas.

Link: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1508>

Título: Estrutura e Análise de Balanço

(Técnico em Contabilidade)

Autor: Tânia Duarte

UFMT, 2015, 74 p., 4 aulas.

Link: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1512>





TEC
ADM

ORGANIZADOR: GLAUCO CARVALHO CAMPOS

Contabilidade Geral e Custos

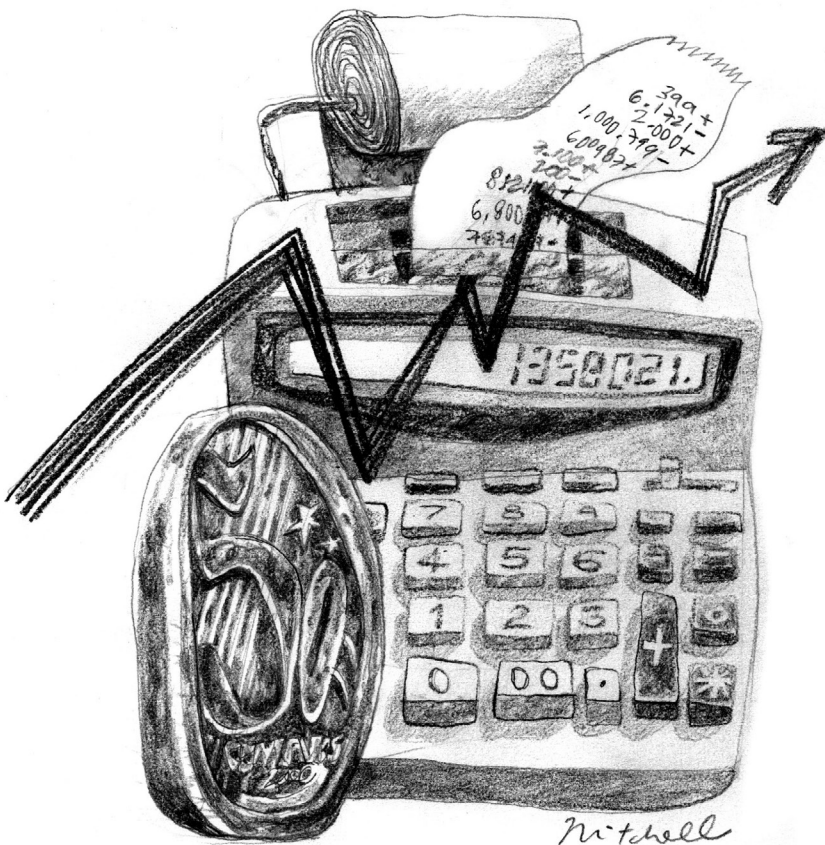
VOLUME ÚNICO



FAETEC

Secretaria de
Ciência, Tecnologia e Inovação







Boas Vindas

Prezado(a) Aluno(a),

Seja bem-vindo ao TEC RJ

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos. Este material foi selecionado e reeditado à partir da vasta gama de materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação na Rede e-Tec Brasil. Assim, um único volume impresso pode apresentar aulas oriundas de materiais produzidos por diferentes instituições atuantes da Rede e-Tec Brasil. Sua ordenação final seguiu a orientação dada pelos coordenadores do TEC RJ.

Além do material didático impresso, disponibilizamos um Ambiente Virtual com conteúdos complementares, atividades individuais de reforço e colaboração com seus colegas, e outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem. Você também pode enviar perguntas pelos fóruns de dúvida ao corpo docente de seu curso.

Tudo isto foi cuidadosamente planejado para que você tenha uma experiência gratuita de alta qualidade, que resulte em sólida formação técnica.

Bons estudos!



Contabilidade de Custos

Alexandre Xavier Vieira Braga



Cuiabá - MT

2015

Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica

© Este caderno foi elaborado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Pelotas, Visconde da Graça/RS, para a Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso.

Equipe de Revisão
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Coordenação Institucional
Carlos Rinaldi

**Coordenação de Produção de Material
Didático Impresso**
Pedro Roberto Piloni

Designer Educacional
Delarin Martins Gomes

Designer Master
Daniela Mendes

Diagramação
Tatiane Hirata

Revisão de Língua Portuguesa
Livia de Sousa Lima Pulchério

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – Campus Pelotas
“Visconde da Graça” – RS**

Coordenação Institucional
Cinara Ourique do Nascimento

Coordenador do Curso
Antonio Cardoso Oliveira

Projeto Gráfico
Rede e-Tec Brasil/UFMT



Apresentação Rede e-Tec Brasil

Prezado(a) estudante,

Bem-vindo(a) à Rede e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional de ensino, que por sua vez constitui uma das ações do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513/2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira, propiciando caminho de acesso mais rápido ao emprego.

É neste âmbito que as ações da Rede e-Tec Brasil promovem a parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e as instâncias promotoras de ensino técnico como os institutos federais, as secretarias de educação dos estados, as universidades, as escolas e colégios tecnológicos e o Sistema S.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade e ao promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

A Rede e-Tec Brasil leva diversos cursos técnicos a todas as regiões do país, incentivando os estudantes a concluir o ensino médio e a realizar uma formação e atualização contínuas. Os cursos são ofertados pelas instituições de educação profissional e o atendimento ao estudante é realizado tanto nas sedes das instituições quanto em suas unidades remotas, os polos.

Os parceiros da Rede e-Tec Brasil acreditam em uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e da educação técnica - capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Setembro de 2015

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de Ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou "curiosidades" e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: remete o tema para outras fontes: livros, filmes, músicas, sites, programas de TV.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Refleta: momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.



Palavra do Professor-autor

Prezado(a) aluno(a)

Seja bem-vindo(a) ao espaço da disciplina de Contabilidade de Custos

A competitividade atinge atualmente todo tipo de empresa: indústria, comércio e serviços. O consumidor, de um modo geral, está mais inteligente e, em consequência, mais exigente, buscando aliar qualidade e preço, enquanto a empresa necessita de rentabilidade e os fornecedores de boas vendas. As empresas têm de estar atentas a essas demandas se quiserem se manter no mercado. Assim, com o intuito de aprimorar as informações dentro das empresas, a contabilidade de custos está voltada para o cálculo e para a interpretação dos custos dos bens fabricados ou comercializados ou dos serviços prestados, com o intuito de fornecer elementos para a melhor tomada de decisão.

Ao longo dessa etapa de quatro semanas, você terá oportunidade de compreender melhor e utilizar os conceitos básicos de custos e aprender a contabilizar e gerenciar este instrumento.

Espero que as atividades propostas nesse período motivem seu interesse pelo estudo da matéria. Uma equipe estará à sua disposição para ajudar a superar suas ansiedades e dificuldades.

Prof. Alexandre Braga





Apresentação da Disciplina

A gestão de custos e a definição de preços têm sido assuntos abordados com frequência em pesquisas, na forma de instrumentos da eficiência e eficácia empresarial.

Sendo assim, esta disciplina possui como objetivo agregar conteúdo prático e teórico a custos e a seu desdobramento no preço de venda, estando focada mais na prática do que na teoria, pelo próprio viés da formação ora proposta, bem como no atender a vários diagnósticos de mercado que apontam para uma demanda crescente de profissionais que conheçam e apliquem custos no seu cotidiano.

Você encontrará neste guia orientações referentes ao desenvolvimento das atividades propostas e, ao final das quatro unidades, sem ter a pretensão de pôr um ponto final nos temas abordados, um convite a novas reflexões e discussões sobre o estudo dos custos no ambiente empresarial.



Sumário

Aula 1. Finalidade e utilização de custos	13
1.1 O custo nas empresas	13
Aula 2. Terminologias de custos	17
Aula 3. Classificação de custos e despesas	25
Aula 4. Custo de aquisição, custo com pessoal e custos patrimoniais	31
Aula 5. Custos com terceiros	35
Aula 6. Estudo dos sistemas ou métodos de custeio	43
6.1 Sistemas ou métodos de custeio	43
6.2 Departamentalização	44
6.3 Mapa de localização de custo-MLC	47
6.4 Custeio variável	47
Aula 7. Fixação do preço de venda com base em custos	55
Aula 8. Valorização dos estoques	61
Aula 9. Custo-padrão	63
Palavras Finais	69
Referências	70
Currículo do Professor-autor	71



Aula 1. Finalidade e utilização de custos

Objetivos:

- compreender a finalidade e a importância de custos das atividades de uma empresa;
- identificar a terminologia específica da contabilidade de custos; e
- verificar a adequação do verbo e a partir de qual parte desta unidade o aluno “percebe” a classificação indicada sobre gastos.

1.1 O custo nas empresas

Caro estudante,

Com toda certeza você já deve ter ouvido pessoas dizendo: “estão sobrando dias no final do meu salário”. É uma maneira bem humorada de a pessoa constatar que está gastando mais do que ganha. Se isso acontecer por um longo período, com certeza ela irá “quebrar”. O que você poderia sugerir para uma pessoa que já entrou no cheque especial há mais de um ano?

As empresas também correm o perigo de gastar mais do que faturam. Dependendo do tamanho, a empresa pode suportar isso por muito tempo, mas, se não sanar o problema, mais cedo ou mais tarde, irá à falência. Como evitar esse fim trágico?

A contabilidade é um conhecimento científico para evitar que as empresas cheguem a essa situação ou, então, para ajudá-las a “sair do vermelho”.

Se você compreender bem a contabilidade de custos, terá em mãos um excelente instrumento para ajudar os administradores a tomar as melhores decisões para o sucesso da empresa. Uma pessoa que tem dias sobrando no final do salário, até pode ouvir coisas do tipo “eu acho que...”, mas, de um técnico em contabilidade, o administrador ou o empresário não quer ouvir



palpites; quer dados corretos e interpretações inteligentes dos mesmos.

Nesta parte inicial, você entrará em contato com diferentes formas de aplicação da contabilidade de custos, dentro das atividades econômicas, especialmente das empresas. Respire fundo e vamos lá!

1.1.1 Empresas comerciais

Nas empresas comerciais, não existe o custo de produção, porém, existe o custo de aquisição e as despesas de comercialização e administração. O custo de aquisição é também conhecido como o custo das mercadorias vendidas através da clássica equação:

EQUAÇÃO 1:

$$\text{Estoque inicial} + \text{compras} - \text{estoque final} = \text{custo da mercadoria vendida}$$

Para conhecer o custo total da empresa, temos que acrescentar os custos da estrutura comercial e administrativa. Normalmente, estes custos são fixos. Se a empresa está departamentalizada, torna-se necessário utilizar um instrumento de rateio desses custos. Pode ser o mapa de localização de custos ou, então, através da contabilidade de custos. É importante que os custos da estrutura sejam absorvidos pelas mercadorias que são vendidas.

1.1.2 Empresas industriais

Nas empresas industriais, além do custo de aquisição, temos o custo de industrialização.

O custo de aquisição vale para as matérias-primas e materiais que são adquiridos de terceiros e que irão compor o custo de produção. O custo de industrialização, também conhecido como custo de transformação, deve ser apropriado aos produtos que são fabricados num determinado período. Esse período pode ser diário, semanal, mensal, semestral ou anual.

A equação do custo do produto vendido é expressa da seguinte forma:

EQUAÇÃO 2:

$$EI + CO + CT - EF = CPV$$



Nessa equação:

- EI é o estoque inicial de matérias-primas, materiais, produtos em processo e produtos prontos.
- CO são as compras de matérias-primas e materiais.
- CT é o custo de transformação do período em questão, objeto do nosso estudo no decorrer do semestre.
- EF é o estoque final de matérias-primas, materiais, produtos em processo e produtos prontos.
- CPV é o custo dos produtos vendidos. O conceito produto é para um novo bem que foi produzido pela empresa e, portanto, diferente de mercadoria.

1.1.3 Empresas prestadoras de serviços

Nas empresas prestadoras de serviços, o sistema de custos se assemelha ao das empresas industriais, no que tange ao aspecto técnico de apuração. O que as diferencia das industriais é que o seu “produto” não é tangível fisicamente, pois, como o próprio nome diz, ele se trata de um serviço.

1.1.3.1 Finalidade e utilização de custos

- Finalidade contábil - mensuração monetária dos estoques nas empresas
 - Necessidade de conhecer o custo dos produtos vendidos para apurar o resultado contábil (lucro ou prejuízo)
 - Necessidade de avaliar monetariamente o estoque para apurar o custo dos produtos vendidos
- Finalidades gerenciais
 - Planejamento

Com base em dados monetários e não monetários coletados, o gestor de custos, após a acumulação, organização, análise e interpretação destes dados, fornece informações a respeito do custo incorrido no processo de produção de bens ou de prestação de serviços. As informações sobre a experiência passada vão proporcionar o estabe-



lecimento de padrões, orçamentos e outras formas de previsão.

- Controle
Acompanhar o efetivamente acontecido em relação ao que foi anteriormente estabelecido como desejável.
- Tomada de decisões

1.1.Fixação do preço de vendas;

2.2.Opção de compra ou fabricação; e

3.3.Determinação da rentabilidade de cada linha de produtos.

1. Seleção do *mix* de produtos
2. Alternativas e opções de investimento
3. Aceitar ou não determinado pedido especial

Finalizamos nossa primeira aula, parabéns! Agora vamos estudar sobre as terminologias utilizadas a respeito dos custos.

Aula 2. Terminologias de custos

Objetivos:

- compreender a finalidade e a importância de custos;
- identificar a terminologia indicada para os gastos; e
- perceber a classificação indicada sobre gastos.

Caro estudante, nesta aula iremos verificar algumas terminologias referentes à área de custos. Vamos em frente!

GASTOS

Sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).

DESEMBOLSO

Pagamento resultante da aquisição de um bem ou serviço. Pode ocorrer concomitantemente com o gasto (pagamento à vista) ou depois deste (pagamento a prazo). Para fazer a contabilidade, a empresa precisa registrar os pagamentos e os recebimentos. Isso pode ser feito mediante dois regimes:

REGIME DE CAIXA = registro de pagamentos ou recebimentos no ato da realização do evento; e

REGIME DE COMPETÊNCIA = registro do ato no momento de sua realização com pagamento posterior.

Exemplo: uma empresa comprou à vista num determinado mês uma mercadoria para revenda ao custo de R\$ 80.000,00. A mercadoria foi vendida no mesmo mês pelo preço de venda de R\$ 100.000,00 e o prazo de recebimento da venda foi de 60 dias.



Demonstração do resultado pelo regime de CAIXA (fluxo de caixa)

(+) Fluxo das entradas 0

(-) Fluxo das saídas (80.000,00)

= Fluxo de caixa líquido (80.000,00)

Demonstração do resultado pelo regime de COMPETÊNCIA (DRE)

Receita de vendas 100.000,00 (-)

**(-) Custo da mercadoria vendida (80.000,00) = lucro Líquido do período
20.000,00**

INVESTIMENTO

Valor dos bens ou serviços, ativados em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a períodos futuros.

Exemplo: a compra de uma máquina para a produção é classificada como um investimento permanente, a compra de matéria-prima é classificada como um investimento em ativo circulante (estoque).

CUSTO

Recurso consumido relativo a bens ou serviços utilizados na obtenção de outros bens ou serviços. São todos os consumos de recursos relativos à atividade de produção, prestação de serviço e para disponibilização de mercadorias vendidas (indústria, serviço e comércio), mensurados monetariamente.

Exemplo: mão de obra direta, consumo de matéria-prima, energia elétrica consumida na produção ou na prestação de serviços, gasto de aquisição das mercadorias vendidas etc.

DESPESA

Recurso consumido com bens ou serviços, não utilizado nas atividades produtivas, de prestação dos serviços ou na obtenção de mercadorias para a revenda.

São, porém, consumidos direta ou indiretamente com a finalidade de obtenção de receitas. Podem ser: administrativas, comerciais ou financeiras.



PERDA ANORMAL

Consumo de recursos não previsíveis decorrentes de fatores externos fortuitos ou da atividade produtiva da empresa. São considerados da mesma natureza que as despesas e lançadas diretamente contra o resultado do período.

PERDA NORMAL

Consumo de recursos previsíveis decorrentes de fatores da atividade produtiva ou de serviço da empresa. São considerados da mesma natureza que os custos e lançados no custo do produto ou serviço. Podem ser considerados como custo de um processo.

Atividades de Aprendizagem



1. Classificar os eventos abaixo, relativos a uma indústria de manufatura, como:

Investimentos (I)

Custo (C)

Despesa (D)

Perda anormal (PA)

Perna normal (PN)

Seguindo a terminologia de custos vista:

- () Consumo de energia elétrica no departamento de vendas
- () Mão de obra direta utilizada na produção
- () Material de expediente roubado
- () Consumo de combustíveis dos veículos de entrega das vendas
- () Conta mensal de telefone da administração
- () Consumo de água no processo produtivo
- () Aquisição de máquinas para a produção



- () Compra de matéria-prima
- () Depreciação das máquinas de produção
- () Depreciação do prédio da produção
- () Pintura do prédio da administração
- () Consumo de materiais diversos na administração
- () Gastos com pessoal da contabilidade
- () Honorários do pessoal administrativo
- () Consumo de matéria-prima
- () Consumo de embalagens
- () Deterioração de estoques de matéria-prima por enchente
- () Publicidade e propaganda
- () Frete sobre a venda de produtos
- () Impostos sobre vendas
- () Sobras de materiais da produção não previstas sem aproveitamento e sem valor comercial
- () Salários dos supervisores de produção
- () Consumo de materiais na fabricação de equipamento a ser utilizado na atividade da empresa
- () Seguro das máquinas da produção
- () Comissão de vendedores

2. São classificados como custo os itens:



- a) () Consumo de matéria-prima, salários da fábrica, honorários do diretor administrativo
- b) () Frete sobre vendas, fretes sobre compras, seguros da fábrica
- c) () Seguros da produção, consumo de matéria-prima, salários da produção
- d) () Matéria-prima, telefone da administração, salários da administração
- e) () Salários da administração, matéria-prima, salários da fábrica

3. São classificados como despesas os itens:

- a) () Matéria-prima, salários da fábrica, salários da administração
- b) () Honorários do diretor de vendas, consumo de matéria-prima, telefone da administração
- c) () Seguros da fábrica, consumo de matéria-prima, salários da fábrica
- d) () Matéria-prima, seguros da fábrica, fretes sobre vendas
- e) () Honorários do diretor administrativo, telefone da administração, fretes das vendas

4. A empresa Mega S/A apresentou em fevereiro/05 os seguintes registros na contabilidade:

- a) Compra á vista de matéria-prima para estoque no valor de R\$ 355.200,00.
- b) Consumo de embalagens no valor de R\$ 30.000,00.
- c) Pagamento dos salários e encargos de janeiro/05 no valor de R\$ 80.200,00.
- d) Registro do valor do telefone gasto pelo setor administrativo em fevereiro/05 que será pago em março/05 no valor de R\$ 1.200,00.
- e) Compra a prazo, mediante financiamento, de uma máquina que será utilizada na produção no valor de R\$ 150.000,00.



f) Consumo de matéria-prima na produção do período no valor de R\$ 420.000,00.

g) Valor dos salários e encargos do pessoal que trabalha na produção referente ao mês de fevereiro/05 no valor de R\$ 89.000,00.

h) Apropriação do seguro da fábrica referente ao mês de fevereiro/05 no valor de R\$ 700,00.

i) Pagamento em dinheiro do aluguel do prédio da fábrica referente a fevereiro/05 no valor de R\$ 2.000,00.

j) Valor do salário e encargos do gerente de produção referente a fevereiro/05, que serão pagos no mês subsequente no valor de R\$ 8.000,00.

k) Valor da depreciação das máquinas e equipamentos da produção referente a fevereiro/05 no valor de R\$ 7.000,00.

l) Pagamento dos salários e encargos referente ao mês de janeiro/05 para o pessoal do administrativo no valor de R\$ 19.000,00.

m) Valor da depreciação dos computadores utilizados na administração referente a fevereiro/05 no valor de R\$ 4.000,00.

n) Pagamento dos honorários do contador referente a janeiro/05 no valor de R\$ 5.000,00.

o) Registro do valor dos honorários do contador referente a fevereiro/05, que serão pagos no mês seguinte no valor de R\$ 5.000,00.

p) Valor dos Impostos incidentes nas vendas de fevereiro/05: R\$ 85.000,00.

Observação: os impostos são pagos no mês subsequente ao mês de incidência.

Pede-se:

4.1 Qual o valor do desembolso do período?

4.2 Qual o valor da despesa do período?



4.3 Qual o valor do custo do período?

4.4 Qual o valor do investimento do período?

Finalizamos mais uma aula, mas é preciso seguir em frente. Vamos aprender agora sobre a classificação de custos e despesas.



Aula 3. Classificação de custos e despesas

Objetivos:

- descrever a classificação de custos e despesas; e
- categorizar custos e despesas.

CUSTOS DE PRODUÇÃO

- Materiais ou insumos – São materiais diretamente aplicados para a obtenção de novo produto final. É a matéria-prima que passa por um processo de industrialização e se transforma no produto final.
- Mão de obra direta - Representa os rendimentos e os encargos incidentes sobre os rendimentos dos funcionários diretamente ligados à produção dos bens e serviços vendidos pela empresa.
- Custos indiretos de fabricação ou produção ou prestação de serviços – São outros custos incorridos para a obtenção do produto ou serviço final, sem que possam ser diretamente relacionados e quantificados para cada unidade de produto ou serviço realizado.

CUSTOS EM RELAÇÃO À IDENTIFICAÇÃO COM O PRODUTO

Em relação à identificação com o produto, os custos podem ser classificados como diretos ou indiretos.

- Custos diretos - São aqueles que se identificam com os produtos, podendo ser apropriados diretamente aos mesmos.

Por exemplo: o custo com matéria-prima, sendo que é perfeitamente possível quantificar e calcular o custo de cada material utilizado para a fabricação de um produto.

- Custos indiretos - São aqueles não têm relação direta com o produto produzido ou com o serviço prestado.



Por exemplo: a empresa Delta paga R\$ 1.000,00 de aluguel pelo prédio da fábrica e produz os produtos A, B e C.

É possível relacionar diretamente o aluguel da fábrica com um produto fabricado?

Não, sabe-se apenas que o custo de aluguel é fundamental para que a empresa possa produzir os produtos, porém não é possível relacioná-lo diretamente a esses produtos.

Devido a essa característica, para que se possa alocar uma parcela desse custo (aluguel) a cada produto, é necessário que seja feita uma distribuição, sendo que a contabilidade de custos denomina tal distribuição como: “RATEIO”. Tal procedimento será aprofundado na sequência da disciplina.

CUSTOS QUANTO AO COMPORTAMENTO EM RELAÇÃO ÀS VARIAÇÕES EM VOLUME DE PRODUÇÃO

Quanto ao comportamento em relação às variações de volume de produção, os custos podem ser classificados como variáveis ou fixos.

Custos variáveis

São diretamente proporcionais ao volume de produção (quanto maior o volume de produção, maiores os custos). Permanecem constantes em termos unitários.

Por exemplo: o custo com matéria-prima. Se a empresa Delta produzir uma unidade de produto “A”, tem um custo de matéria-prima de R\$ 5,00 e, se produzir duas unidades de produto “A”, seu custo total passará a ser R\$ 10,00. Porém, o custo unitário permanecerá R\$ 5,00.

Custos fixos (ou custos estruturais)

Independem do nível de atividade. Permanecem constantes independentemente do volume de produção. São variáveis em termos unitários. Quanto maior o volume de produção, menores os custos e despesas fixas por unidade.

Por exemplo: o custo do aluguel. Se a empresa produzir 500 unidades de produtos, o custo do aluguel será R\$ 1.000,00 e, se ela produzir 700 unidades de produtos, pagará os mesmos R\$ 1.000,00 de aluguel. Porém, visto que o aluguel será distribuído entre as unidades produzidas, quanto mais



unidades produzidas, menor é o custo de aluguel por unidade.

DESPESAS

- Despesas comerciais – São gastos para manter uma estrutura comercial necessária para a obtenção das receitas (comissões de vendedores, salários de vendedores, publicidade e propaganda, viagens e estadas, despesas com o escritório comercial, fretes para entrega ao cliente etc.).
- Despesas administrativas – São gastos necessários para manter a estrutura administrativa que controla as diversas atividades desenvolvidas pela empresa visando à obtenção de receitas (honorários de diretoria, salários do pessoal administrativo, despesas gerais com administração etc.).
- Despesas financeiras - São gastos necessários para a manutenção do capital de giro da empresa (juros, taxas bancárias etc.).

DESPESAS EM RELAÇÃO À IDENTIFICAÇÃO COM A VENDA DOS PRODUTOS

- Despesas diretas - São aquelas que se identificam com um determinado produto, mercadoria ou serviço vendidos, podendo ser apropriadas diretamente aos mesmos.

Por exemplo: despesa com comissão de vendedores e despesa com impostos sobre venda. É perfeitamente possível identificar sobre quais produtos ou vendas incidiu determinada despesa com comissões de vendedores e impostos.

- Despesas indiretas - São aquelas que não têm relação direta com o produto, mercadoria ou serviço vendidos.

Por exemplo: despesa com salários do pessoal que trabalha no setor de vendas, despesa com telefone, material de expediente e outros.

DESPESAS QUANTO AO COMPORTAMENTO EM RELAÇÃO ÀS VARIAÇÕES DE VOLUME DE VENDAS

Despesas variáveis

São diretamente proporcionais ao volume de vendas (quanto maior o volume de vendas, maiores as despesas). Permanecem constantes em termos unitários. Por exemplo: comissão de vendedores.



Despesas fixas (ou despesas estruturais)

Independem do nível de atividade. Permanecem constantes independentemente do volume de vendas. Por exemplo: honorário do contador, salário e encargos do pessoal administrativo do setor de vendas.



Atividades de Aprendizagem

1. Classifique em: custo ou despesa / fixo ou variável / direto ou indireto.

- a)** Combustíveis de máquina da produção
- b)** Combustíveis dos veículos utilizados pelas vendas
- c)** Depreciação das máquinas da produção
- d)** Depreciação dos computadores do administrativo
- e)** Salários da vigilância
- f)** Salários da administração
- g)** Mão de obra direta
- h)** Salários dos supervisores de produção
- i)** Honorários da diretoria
- j)** Material de embalagem*
- k)** Matéria-prima direta
- l)** Matéria-prima indireta
- m)** Publicidade e propaganda
- n)** Fretes sobre compra de matéria-prima
- o)** Fretes sobre a venda de produtos ou mercadorias
- p)** Gastos com transporte de pessoal da produção



q) Gasto com água e esgoto

r) Gasto com energia elétrica do administrativo e vendas. Gastos com energia elétrica da fábrica

s) Gasto com telefone

* Pode ser indireto, quando se tratar de embalagens comuns a vários tipos de bens.

2. A indústria de salgadinhos produziu 40.000 unidades de salgados, em um determinado mês, e teve os seguintes gastos:

Item	Valor em R\$
Farinha de trigo	1.000,00
Margarina	80,00
Depreciação do fogão	200,00
Comissão do vendedor	2.000,00
Ovos	70,00
Salário do pessoal da produção	2.480,00
Queijo	150,00
Gás	20,00
Honorários fixos do sócio-gerente	3.000,00

OBSERVAÇÃO: Considere a depreciação e o gasto com salário do pessoal de produção como custo fixo.

PERGUNTA-SE:

- a)** Qual o total de custos e o total de despesas?
- b)** Qual o custo fixo total e a despesa fixa total?
- c)** Qual o custo variável total e a despesa variável total?
- d)** Qual o custo fixo unitário?
- e)** Qual o custo variável unitário?
- f)** Qual o custo unitário total?
- g)** Qual a despesa fixa unitária?



h) Qual a despesa variável unitária?

i) Qual a despesa total unitária?



Aula 4. Custo de aquisição, custo com pessoal e custos patrimoniais

Objetivos:

- indicar como calcular os custos de aquisição de insumos e materiais diversos;
- relacionar os cálculos dos custos com mão de obra direta e indireta; e
- correlacionar a classificação indicada sobre gastos.

CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Custos totais de aquisição são os somatórios dos custos verificados entre a requisição de produtos através da emissão de ordens de fabricação ou compra, até o efetivo recebimento dos mesmos na área de recebimento.

Envolvem, ainda, os custos de preparação (ajustes da linha, se produzidos internamente), transporte, acondicionamento e verificação da qualidade (se necessário) para a efetiva liberação do lote para estocagem. Portanto, são os custos diretos dos produtos adicionados às despesas de compra e/ou produção, transporte e recebimento.

Matéria-prima

Valor total de compra (total da nota fiscal)

- (-) IPI a ser recuperado, destacado na NF
- (-) ICMS a ser recuperado, incluso no preço e destacado na NF
- (+) Valor do conhecimento de transportes
- (-) ICMS a ser recuperado, incluso no preço do frete e destacado no conhecimento



- (+) Gastos diretos com compras
- (+) Gastos adicionais com importação, se for o caso

Materiais auxiliares e ou consumo

Valor total da compra (total da NF)

- (+) Valor do conhecimento de transportes
- (+) Gastos diretos com compras
- (+) Gastos adicionais com importação, se for o caso

CUSTOS COM PESSOAL

Observe a imagem dessa fábrica de calçados. É possível identificar oito pessoas, possivelmente operários. São eles que, de verdade, “põem a mão na massa” e fazem os calçados. Eles formam um grupo chamado de mão de obra direta.

Mas, existem outros trabalhadores na fábrica; por exemplo, os gerentes, o pessoal da limpeza, talvez recepcionistas, seguranças... Esse grupo é importante para a indústria, mas, na verdade, não “põe a mão na massa”. É o grupo chamado de mão de obra indireta.

Custo com o pessoal é a soma de tudo o que é gasto com o pessoal. Mas, atenção, gasto com pessoal é muito mais do que o total do que vai para o bolso dos trabalhadores da empresa. Sabe por quê? Porque os custos com a mão de obra direta e indireta devem incluir também os encargos sociais que incidem sobre a remuneração da hora efetivamente trabalhada.

Olhe com atenção, no quadro seguinte, a quantidade de encargos. Tenho certeza de que você irá se surpreender.

Custos com pessoal abrangem todos os gastos despendidos com o pessoal, que podem ser atribuídos à produção, direta ou indiretamente, em um período. Estes custos estão divididos em dois grandes grupos: Mão de obra direta e mão de obra indireta. Os custos com a mão de obra também são gravados pela incidência dos encargos sociais sobre a remuneração da hora efetivamente trabalhada.

Os custos com pessoal atribuídos a um produto ou serviço são geridos pelo aproveitamento do tempo destinado ao trabalho, pois, de modo geral, os produtos agregam o custo do tempo de passagem por um determinado posto de trabalho.

DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS C/ENCARGOS SOCIAIS S/HORA E/OU POR MÊS TRABALHADO - EMPRESAS EM GERAL		
NATUREZA DAS CONTAS	HORISTAS	MENSALISTAS
GRUPO I		
INSS	20,00%	20,00%
SESI	1,50%	1,50%
SENAI	1,00%	1,00%
INCRA	0,20%	0,20%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
S.A.T.	2,00%	2,00%
SEBRAE	0,60%	0,60%
FGTS	8,50%	8,50%
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		
SUB-TOTAL	36,30%	36,30%
GRUPO II		
REPOUSO REMUNERADO	17,65%	
FÉRIAS + 1/3	14,71%	14,71%
FERIADOS	4,41%	
AVISO PRÉVIO	1,00%	1,00%
AUXÍLIO-DOENÇA	1,50%	
ACIDENTE TRABALHO	1,40%	
LICENÇA PATERNIDADE	0,07%	0,07%
13º SALÁRIO	11,03%	11,03%
SUBTOTAL	51,77%	26,81%



Veja mais sobre o assunto em:
<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/custostrabalhistas.htm>

GRUPO III		
AVISO PRÉVIO INDENIZ	15,45%	14,32%
DIVERSOS	0,20%	
MULTA RESCISÓRIA	2,50%	2,50%
SUB-TOTAL	18,15%	16,82%
GRUPO IV		
GRUPO I x GRUPO II	18,79%	9,73%
TOTAL GERAL	125,00%	89,65%
DEMONSTRATIVO DE DIAS EFETIVAMENTE TRABALHADOS		
DIAS DO ANO		365
(-) REPOUSO REMUNERADO		
(-) DOMINGOS	52	
(-) FERIADOS NO DOMINGO	4	48
(-) FÉRIAS		30
(-) FERIADOS		12
(-) DIAS PERDIDOS		3
TOTAL DE DIAS TRABALHADOS		272
REPOUSO REMUNERADO		17,65%
FERIADOS		4,41%
FÉRIAS + 1/3		14,71%
13º SALÁRIO		11,03%

Figura 1

Fonte: autor

Os custos patrimoniais são representados pela amortização da depreciação das máquinas, móveis e utensílios, equipamentos e prédios envolvidos no processo produtivo. Depreciação é um fenômeno físico decorrente do uso e/ou obsolescência dos bens. Amortização é a tradução monetária do fenô-



meno físico da depreciação. As taxas de depreciação são determinadas pela Receita Federal de acordo com a utilização dos bens:

- um turno de oito horas - fator 1,00
- dois turnos de oito horas - fator 1,50
- três turnos de oito horas - fator 2,00



Figura 2

Fonte: autor

Assim sendo, se uma máquina, cuja taxa de depreciação é 10% ao ano, mas trabalhando três turnos de oito horas, a taxa pode ser multiplicada por 2,00, o que significa que a mesma pode ser amortizada em cinco anos, ou seja, 20% ao ano.

Terminamos mais uma aula e estamos quase na metade dos nossos estudos. Na próxima aula, veremos sobre custos com terceiros. Até lá!

Aula 5. Custos com terceiros

Objetivos:

- avaliar os custos com terceiros; e
- ilustrar o processo de terceirização com a questão dos custos.

A terceirização é uma prática que visa à redução de custo e ao aumento da qualidade. Pode ser usada em larga escala por grandes corporações, sendo observada principalmente em empresas de telecomunicações, mineração e indústrias, entre outras.

Apesar das várias vantagens, a terceirização deve ser praticada com cautela. Uma má gestão de terceirização pode implicar para as empresas um descontrole e o desconhecimento de sua mão de obra, a contratação involuntária de pessoas inadequadas e perdas financeiras em ações trabalhistas movidas pelos empregados terceirizados, dentre outros problemas.

O processo de terceirização em uma organização deve levar em conta diversos fatores de interesse, tais como a redução de custos e, principalmente, o foco na sua atividade-fim. Há um sério risco em atrelar a terceirização à redução de custo, porque, na maioria das vezes, não é esse o resultado. A terceirização precisa estar em conformidade com os objetivos estratégicos da organização, os quais irão revelar em que pontos ela poderá alcançar resultados satisfatórios.

O que não se deve terceirizar? O princípio básico é que não se terceirize a sua atividade-fim. Sendo assim, uma organização que desconhece a si mesma, em um processo de terceirização, corre sério risco de perder sua identidade e, principalmente, o seu diferencial competitivo. Mesmo na atividade-meio, só é permitido se terceirizar quando não houver subordinação hierárquica, ou seja, a locação de mão de obra é ilegal.

A atividade-fim de uma empresa é a razão de existir dessa empresa. Dentro



do serviço público, têm-se exemplos de terceirizações satisfatórias, como é o caso dos serviços de limpeza. Neste caso, a terceirização é indicada pois a atividade-fim do serviço público não é a limpeza de seu patrimônio.

Para amenizar os problemas causados pela terceirização, estão sendo criadas por empresas de *software* algumas soluções de sistemas informatizados para promover de forma mais eficaz o controle e a gestão da mão de obra terceirizada, sendo uma importante ferramenta para o departamento de recursos humanos das empresas que praticam a terceirização.

Na imagem abaixo, foi recortado o percentual de 36% de “Focar as questões do negócio”.



Figura 3

Fonte: www.eps.ufsc.br/disserta98/tome/cap5.htm

Embora o uso da terceirização tenha como objetivo focar a empresa na sua atividade-fim, na verdade, o mercado em geral busca a redução de custos. No curto prazo é o que realmente ocorre, porém, no longo prazo o próprio futuro da empresa é ameaçado. Vejamos alguns fatos.

- Empresa responde por créditos trabalhistas no caso de inadimplência da prestadora de serviços.
- Custo de controle dos serviços terceirizados progressivamente se torna maior.
- Queda de qualidade frequentemente é relatada por clientes da empresa.
- Risco ao terceirizarem-se setores-chave, tais como: financeiro, recursos humanos, assessoria, almoxarifado.





- Perda de bons funcionários, devido à rotatividade da mão de obra dessas empresas.
- Ao longo do tempo, a empresa pode tornar-se extremamente dependente da terceirização, como, por exemplo, um sistema de informática com padrões incompatíveis com outros.
- Decadência do clima organizacional.
- Perda da identidade da empresa.

Sendo assim, a competição dos mercados obriga as empresas a focarem seus esforços e suas energias, cada vez mais, em seus negócios-chave, deixando de lado as atividades ditas “acessórias” à condução das empresas. Com isso, ao longo dos últimos anos, têm-se verificado vendas de negócios não-essenciais, bem como a contratação de terceiros para desempenhar tais atividades acessórias - ou seja, tem-se verificado o crescimento da chamada terceirização.

Do ponto de vista negocial, sem dúvidas, a terceirização representa um benefício para o empresário, na medida em que este poderá ocupar-se somente do que é vital, deixando de lado a administração e condução de tarefas que não dizem respeito, diretamente, à sua atividade principal.

Isto pode não ser verdade absoluta em se tratando da análise da carga tributária incidente sobre as atividades terceirizadas. Vemos, ao mesmo tempo, que a terceirização pode representar uma economia tributária - como, por exemplo, na economia de contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento - mas, também pode contribuir para o aumento de custos tributários.

Em primeiro lugar, pela existência de tributos cumulativos - como a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Serviços (ISS). Em segundo lugar, porque as empresas terceirizadas também estarão sujeitas à mesma tributação que a sua contratante, antes da terceirização. Esta cascata de tributos faz com que as empresas contratadas busquem alternativas para a redução de suas cargas tributárias, para que possam oferecer os serviços terceirizados por preços competitivos.

Algumas dessas alternativas são totalmente legais e legítimas, como o uso



dos regimes tributários privilegiados aplicáveis às micro e pequenas empresas, em especial o sistema Simples e a sistemática de tributação com base no lucro presumido.

Outras alternativas são um tanto quanto discutíveis, como a constituição da empresa em municípios próximos a São Paulo, sem que, fisicamente, a empresa efetivamente esteja ali constituída. E, ainda, há outras alternativas que são claramente ilegais, como a falta de recolhimento de tributos, o que traz um risco muito grande de responsabilidade solidária do contratante dos serviços.

É de vital importância analisar a situação fiscal na qual se encontra o prestador de serviço, porque o contratante pode ser surpreendido por autuações fiscais relativas a tributos que deixaram de ser recolhidos pelo prestador dos serviços, tal como ocorre em relação ao recolhimento da contribuição ao INSS, ou mesmo se, por acaso, a prefeitura de um determinado município tem conhecimento de que o prestador de serviços tem sede em outro município apenas para fins de redução da tributação do INSS.

Os custos com terceiros podem ser fixos e/ou variáveis, sendo que os variáveis podem ser diretos e indiretos.

Exemplos de custos com terceiros:

- beneficiamento de matérias-primas;
- energia elétrica;
- água e esgoto;
- assistência técnica;
- serviços em geral;
- consultorias em geral;
- comunicações etc.

É comum as empresas partirem para a contratação de serviços de terceiros para a realização daquelas tarefas que não dizem respeito diretamente à sua



atividade-fim.

Atividades de Aprendizagem



1. No estudo de custos da empresa X S/A, apuraram-se os seguintes dados patrimoniais:

BENS R\$	Vida útil em anos
Valor dos computadores utilizados pela administração. R\$ 35.000,00	5
Valor dos móveis e utensílios da administração R\$ 55.000,00	10
Valor das máquinas da produção R\$ 180.000,00	8
Valor do prédio utilizado pela administração R\$ 280.000,00	20
Valor do prédio utilizado pela produção R\$ 320.000,00	20

Considerando que o método de depreciação é linear, pede-se:

a) Qual o custo mensal com depreciação linear? E da soma dos dígitos dos anos?

b) Qual o valor da despesa mensal com depreciação linear? E da soma dos dígitos dos anos?

c) Qual o valor total de depreciação anual da empresa X S/A com depreciação linear? E da soma dos dígitos dos anos?

2. A Usina de Açúcar Porto Alegre adquiriu por R\$ 100.000,00 uma máquina que será utilizada no processo produtivo. A vida útil dessa máquina e, conseqüentemente, sua depreciação são determinadas com base nas horas de trabalho, sendo estimada em 1.000.000 horas a sua vida útil total. Pergunta-se:

a) Neste caso, a depreciação é um custo fixo ou variável? Justifique sua resposta.

b) Sabendo-se que é possível medir o tempo que cada produto fabricado pela empresa utiliza a máquina, o custo de depreciação é direto ou indireto? Justifique sua resposta.

c) Sabendo-se que a referida máquina é utilizada na fabricação de açúcar refinado especial e que, para obtenção de 1 kg refinado especial, ocupa-se 20 minutos desta máquina, determine qual o custo de depreciação correspondente à fabricação de 1 kg de açúcar especial.



3. Calcule o custo da mão de obra direta por hora com base nos seguintes dados:

Salário mensal - R\$ 800,00

Média de dias trabalhados no mês = 21 regime de trabalho = 8,8 horas diárias férias = 30 dias por ano

4. Empresa fabricante de postes tem como a principal matéria-prima o aço. Na última aquisição de 50 toneladas de aço a empresa teve os seguintes gastos:

- Valor total da nota fiscal - R\$ 165.000,00
- Valor pago pelo frete - R\$ 1.500,00
- IPI incluso no valor total da nota fiscal - R\$ 15.000,00
- ICMS incluso no valor total da nota fiscal - R\$ 25.500,00
- ICMS incluso no valor do frete pago - R\$ 255,00

Qual o custo de aquisição de cada quilo de aço, sabendo que o IPI e o ICMS são tributos não cumulativos e, portanto, recuperados na venda do produto final?

5. A Indústria Alfa S/A adquiriu à vista 30.000 kg de material pelo valor de R\$ 3.000,00 por tonelada. Além do valor das mercadorias, a empresa teve os seguintes gastos para disponibilizar o material:

- Transporte R\$ 75,00 por tonelada
- Seguro de transporte R\$ 5,00 por tonelada

No valor de compra das mercadorias, incidiram 12% de ICMS e sobre o valor dos transportes, incidiram também 12% de ICMS. (Não se esqueça de que o ICMS é um tributo não cumulativo).

Pede-se:



- a) Qual o valor total desembolsado pela empresa para adquirir os materiais?
- b) Qual o custo total do material adquirido?
- c) Qual o custo de cada tonelada de material comprado?

6. Determinada empresa necessita de 20.000 unidades de certo componente de um de seus produtos. O custo de fabricação do componente é o seguinte:

Matérias diretas	\$ 3,00
MOD	\$ 10,50
CIF variáveis	\$ 4,00
CIF fixos	\$ 5,00
Custo total	\$ 22,50

A empresa recebeu proposta de um fornecedor para comprar o componente a um custo de \$ 21 por unidade. Sessenta por cento dos CIF fixos não poderão ser eliminados qualquer que seja a decisão. A empresa deve aceitar a proposta do fornecedor?

7. Calcule o custo da mão de obra direta por hora com base nos seguintes dados:

- a) Salário mensal = R\$ 500,00
- b) Regime de trabalho = 8 horas diárias (2ª a 6ª feira)
- c) Feriados no ano = 15
- d) Faltas abonadas por ano = 02
- e) Férias = 30 dias com adicional de 1/3
- f) Contribuição patronal para o INSS = 25,2%



g) FGTS = 8%

h) Repousois semanais remunerados no ano = 96



Aula 6. Estudo dos sistemas ou métodos de custeio

Objetivo:

- identificar as práticas de simulações de custeio organizacional.

6.1 Sistemas ou métodos de custeio

Sistema ou método de custeio é o fundamento da contabilidade de custos ligado à mensuração do custo dos produtos e dos serviços. É a forma como os custos fixos e variáveis, diretos e indiretos, e outros valores são apropriados aos produtos ou serviços. Ao longo desta parte serão estudados:

- 1) custeio de absorção integral;
- 2) custeio de absorção ideal; e
- 3) custeio variável.

1. Custeio por absorção integral

É um método de custeio no qual todos os custos envolvidos na fabricação, sejam eles fixos ou variáveis, diretos ou indiretos, são apropriados ao produto, sendo essa sua principal característica. Ele é um dos métodos mais conhecidos e utilizados, devido sua imposição legal.

É o único método aceito pela legislação vigente no Brasil conforme a Lei 6.404/76 e 11.638/07. Essa deve ser a principal causa de sua existência.

Em relação à utilização do custeio por absorção, três passos deverão ser seguidos:

- 1) a separação de custos e despesas (custos são relacionados à produção de um bem ou serviço e despesas são ligadas ao processo administrativo da empresa, excetuando-se a produção);
- 2) a apropriação dos custos diretos de fabricação aos produtos (custos di-



Analise o artigo
"Análise das alterações que
a Lei 11.638-07, MP 449-08
e Lei 11.941-09.



Acesse também:
[http:// www.
portaldecontabilidade. com.br/
tematicas/metodosdecusteio.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/metodosdecusteio.htm)
[http://www.unisinos.br/
publicacoes_cientificas/images/
stories/pdfs_base/](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_base/)



retos estão relacionados, principalmente, ao consumo de matéria-prima e à mão de obra direta); e

3) a alocação dos custos indiretos de fabricação aos produtos (custos indiretos são aqueles que não estão relacionados somente a um produto ou serviço e que precisam ser distribuídos por rateio).

O custeio por absorção consiste na apropriação de todos os custos (sejam eles fixos ou variáveis) à produção do período. Os gastos não fabris (despesas) são excluídos. A distinção principal no custeio por absorção é entre custos e despesas. A separação é importante porque as despesas são contabilizadas imediatamente contra o resultado do período, enquanto somente os custos relativos aos produtos vendidos terão idêntico tratamento.

Os custos relativos aos produtos em elaboração e aos produtos acabados que não tenham sido vendidos estarão ativados nos estoques destes produtos.

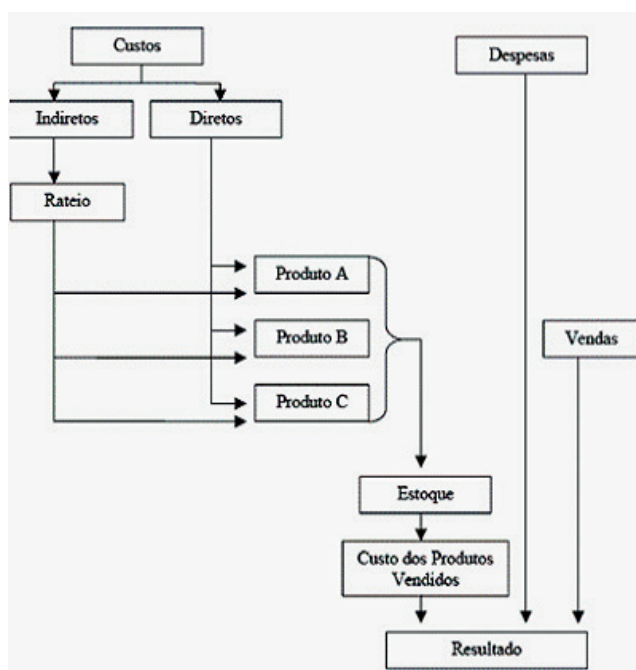


Figura 4 - Custeio por absorção

Fonte: <http://iraildojose.sites.uol.com.br/custeioabsorcao.html>

6.2 Departamentalização

Departamentalizar consiste em dividir a fábrica em segmentos, chamados



departamentos, aos quais são debitados todos os custos de produção neles incorridos. O departamento é uma unidade mínima administrativa constituída na maioria dos casos por trabalhadores e máquinas desenvolvendo atividades homogêneas. Deve haver sempre um responsável pelo departamento.

Itens	Departamentos de Serviços			Departamentos de Produção			Total
	Administração Geral	Controle de Qualidade	Transporte	Usinagem	Lavagem	Secagem	
Aluguel	200	100	200	800	700	500	2.500
Força e luz	1.000	500	1.000	4.000	3.500	2.500	12.500
Depreciação	2.000	1.000	5.000	10.000	7.000	5.000	30.000
Seguros	400	200	1.000	2.000	1.400	1.000	6.000
Superintendência	1.600	800	1.600	8.000	4.000	4.000	20.000
Mão de obra indireta	12.000	4.000	12.000	50.000	42.000	40.000	160.000
Materiais Indiretos	480	160	480	2.000	1.680	1.600	6.400
Manutenção	1.800	600	1.800	7.500	6.300	6.000	24.000
SOMA	19.480	7.360	23.080	84.300	66.580	60.600	261.400
Distribuição A.G.	(19.480)	1.364	2.532	7.792	3.896	3.896	0
SOMA	0	8.724	25.612	92.092	70.476	64.496	261.400
Distribuição C.Q.							
SOMA							
Distribuição Transporte							
SOMA							

Figura 5 - departamentalização e alocação de gastos

Fonte: www.questoesdeconcursos.com.br

Os departamentos podem ser divididos em dois grupos:

- Diretos ou de Produção e
- Indiretos ou de Serviços.

6.2.1 Departamentos diretos ou de produção

São aqueles que atuam sobre a produção e têm seus custos apropriados diretamente a estes. Exemplos: corte, aplainamento, acabamento, moagem, refinaria etc.

6.2.2 Departamentos indiretos ou de serviços

Não atuam diretamente na produção e sua finalidade é prestar serviços ao departamento de produção. Seus custos não são apropriados diretamente aos produtos, pois estes não transitam por eles e sim são transferidos para os departamentos de produção que se beneficiam dos serviços prestados. Exemplos: manutenção, almoxarifado, administração geral da fábrica, lim-



peza, expedição, controle de qualidade.

6.2.3 Centro de custos

Na maioria das vezes, o departamento é um centro de custos (negócios), ou seja, nele são acumulados os custos para posterior alocação aos produtos. O centro de custos é, portanto, uma unidade mínima de acumulação de custos.

6.2.4 Objetivos da departamentalização

Os objetivos da departamentalização são um melhor controle dos custos e uma determinação mais precisa do custo dos produtos.

O objetivo de melhor controle dos custos é atingido porque a departamentalização torna a incoerência dos custos de produção no âmbito do departamento como sendo de responsabilidade do respectivo chefe. A determinação mais precisa do custo dos produtos ocorre porque a departamentalização diminui a arbitrariedade dos critérios de rateio.

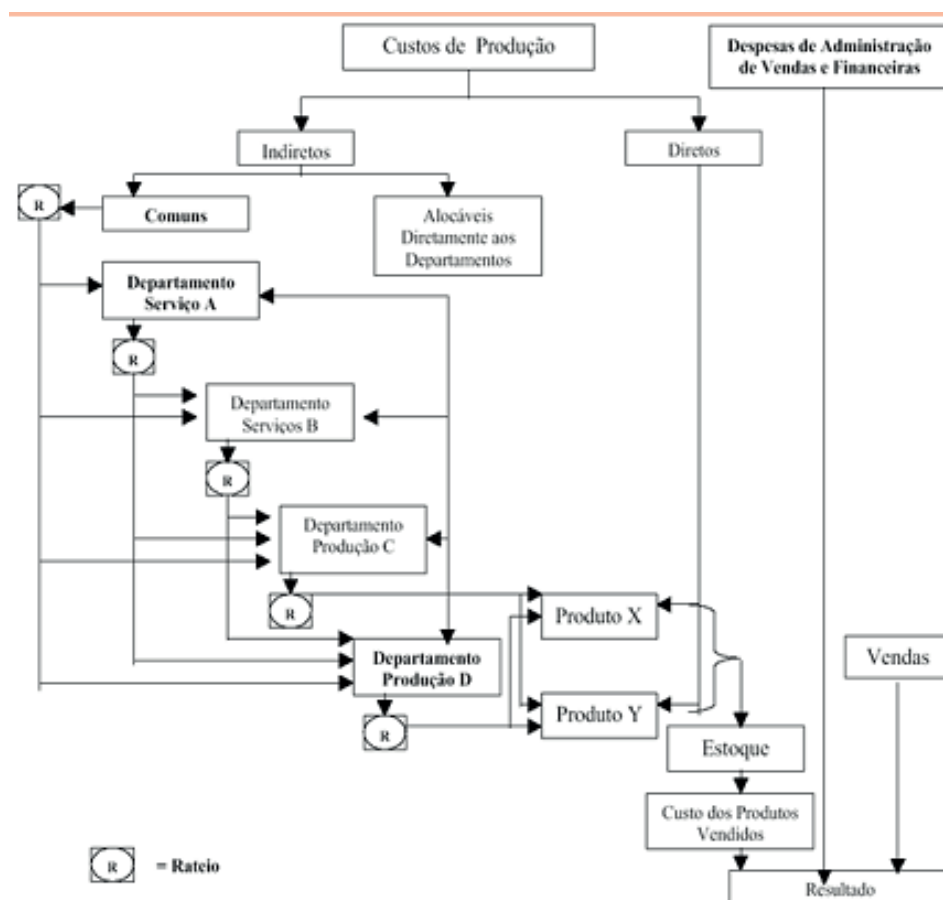


Figura 6 - departamentalização dos indiretos

Fonte: www.portaladm.adm.br

6.3 Mapa de localização de custo-MLC

É o instrumento utilizado para apropriar os CIFs (custos indiretos de fabricação) aos departamentos (centros de custos).

Principais etapas na elaboração do MLC:

- identificação dos departamentos de produção e auxiliares;
- apropriação dos CIFs que independem de base de rateio aos departamentos;
- definição das bases de rateio para apropriação dos demais CIFs aos departamentos;
- rateio dos custos acumulados nos departamentos auxiliares aos departamentos de produção;
- totalização dos CIFs de cada departamento de produção;
- determinação dos CIFs por hora trabalhada em cada departamento de produção; e
- apropriação dos CIFs aos produtos.

Itens de Custos	UNIDADE							
	C. Custos Indiretos				C.C. Diretos			
	MA	ALM	LAB.	GO	CORTE	DOBR	SOLDA	ACABA
• MOD								
• Energia								
• Manutenção								
• Outros								
Total C. Prim.	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$
	RATEIO							
					\$	\$	\$	\$

Figura 7 - Centros de custos

Fonte: www.abccustos.org.br

6.4 Custeio variável

Consiste em considerar como custo de produção do período apenas os custos variáveis incorridos, eliminando a arbitrariedade no processo de alocação



Veja mais em: <http://pt.scribd.com/doc/4541648/CUSTEIO-VARIAVEL>

Mais informações em: http://arquivos.unama.br/ead/gol/gol_adm_6mod/contabilidade_custo_planejamento_tributario/pdf/aula04.pdf

http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&rlz=1G1ACAW_PT-BRBR435&biw=1366&bih=475&q=margem+de+contribui%C3%A7%C3%A3o&oq=margem+de+contribui%C3%A7%C3%A3o&aq=f&aqi=g10&aql=undefined&gs_sm=e&gs_upl

de custos fixos. Não trabalha com distribuição (rateio) de custos indiretos.

Vantagens do custeio variável:

- podem ser usados para avaliação e alternativas de preços de venda;
- auxiliam a administração a decidir sobre quais produtos devem merecer maior ou menor esforço de vendas;
- quando se concorda quanto aos lucros desejados, pode-se avaliar o número de unidades a vender;
- como o mercado determina o preço, o gestor analisa a margem de contribuição e decide se aceita ou não um pedido de seu cliente; e
- tornam as informações de custos mais confiáveis pelo fato de não fazerem “rateios” de custos.

6.4.1 Margem de contribuição

Margem de contribuição é a margem bruta (em percentual) obtida pela venda de um produto que excede seus custos e despesas variáveis unitários.

QUADRO DE COMPARAÇÃO DE MÉTODOS DE CUSTEIO

Sistema / Métodos de custeio	Absorção integral	Absorção ideal	Variável / Direto
1. Obrigatoriedade	Exigido pela Contabilidade financeira.	Não aceito pela Contabilidade financeira.	Não aceito pela Contabilidade financeira.
2. Formas de apropriação de gastos	Diretamente por requisição e apontamento.	Diretamente por requisição e apontamento.	Diretamente por requisição e apontamento os custos diretos que sejam variáveis.
2.1 Custos diretos			
2.2 Custos indiretos	Através de critérios e bases de alocação (rateio). Apropria aos produtos fabricados ou serviços executados.	Através de critérios e bases de alocação (rateio). Apropria ao volume ideal de produção ou serviço.	Através de critérios e bases de alocação apenas os custos indiretos que sejam variáveis.
2.3 Despesas	Não apropriado aos objetos de custos	Não apropriado aos objetos de custos	Apropriação apenas das despesas que sejam variáveis
3. Classificação dos custos	Diretos e indiretos	Diretos e indiretos	Fixos e variáveis
4. Filosofia	Rateio apenas dos custos quando necessário.	Rateio apenas dos custos quando necessário.	Não se propõe nenhum rateio.
5. Objetivo	Societário, Fiscal e também Gerencial.	Gerencial	Gerencial
6. Ênfase	Enfatiza a figura do lucro bruto	Enfatiza a figura do uso da estrutura	Enfatiza a figura da margem de contribuição e ponto de equilíbrio





Vejamos o seguinte exemplo:

Gastos variáveis do produto "A":

Matéria-prima= 496,00

**Comissões: 12% de \$ 1.700,00 (preço de venda unitário) =204,00 ICMS:
12% de \$ 1.700,00 =289,00**

PIS/Cofins: 3,65% DE \$1.700,00 =62,05

Total gasto variável =1.051,05

PRODUTO A

Preço de venda unitário do produto A \$ 1.700,00

gasto variável unitário \$ 1.051,05

Contribuição marginal unitária \$ 649,95

Margem de contribuição 38,17% sobre o preço de venda

(649,95/1700)

Isso significa que, a cada unidade do Produto A vendida pela empresa, ela tem uma contribuição marginal de \$ 649,95. É a contribuição unitária que o Produto A dá para a empresa, para cobrir os custos e despesas fixas (custos estruturais) e também para propiciar a lucratividade desejada.

6.4.2 Ponto de equilíbrio

Denominamos ponto de equilíbrio o ponto em que o total da margem de contribuição da quantidade vendida/produzida se iguala aos custos e despesas fixas. Assim, ponto de equilíbrio calcula os parâmetros que mostram a capacidade mínima em que a empresa deve operar para não ter prejuízo, mesmo que ao custo de um lucro zero.

Em outras palavras, o equilíbrio equivale ao nível mínimo de vendas que uma empresa deve realizar para não incorrer em prejuízo.



O ponto de equilíbrio evidencia, em termos quantitativos, qual é o volume que a empresa precisa produzir ou vender, para que consiga pagar todos os custos e despesas fixas, além dos custos e despesas variáveis que ela tem necessariamente que incorrer para fabricar/vender o produto.

No ponto de equilíbrio, não há lucro ou prejuízo. A partir de volumes adicionais de produção ou venda, a empresa passa a ter lucros. A informação do ponto de equilíbrio da empresa, tanto do total global, como por produto individual, é importante porque identifica o nível mínimo de atividade em que a empresa ou cada divisão deve operar.

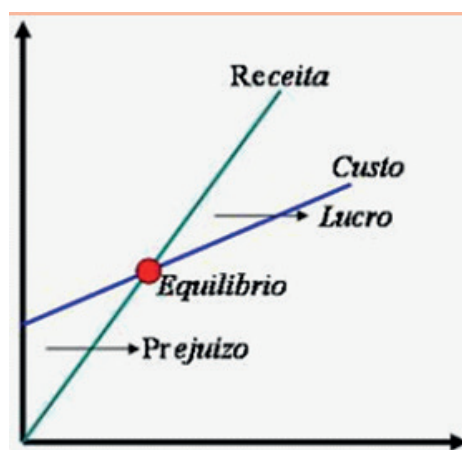


Figura 8 - Ponto de Equilíbrio

Fonte: www.saladeaulas1n1.blogspot.com

Fórmulas do Ponto de Equilíbrio (PE)

PE em termos de quantidades: $Peq = \frac{GF}{PV - GV}$

PE em valor das vendas: $Pe\$ = \frac{GF}{MC}$

Desta forma:

- PEq = ponto de equilíbrio em quantidade
- PV = preço de venda
- GF = gasto fixo (custo + despesa)
- GV = gasto variável (custo + despesa)



- PE\$ = ponto de equilíbrio em faturamento
- MC = margem de contribuição

Atividades de Aprendizagem



1. A Cia. Tudo Cópias é uma empresa que produz fotocópias e que aluga os equipamentos para operar. No mês de janeiro de X1, a empresa forneceu 200.000 cópias e os custos em que incidiram foram:

Tipo de Custo	Custo Fixo	Custo Variável
Aluguel máquina xerox	R\$ 5.000,00	
Mão de obra	R\$ 1.000,00	

Encargos sociais sobre MO	52% sobre mão de obra	
Prêmio produção		R\$ 20,00 para cada 1.000 cópias
Papel		R\$ 0,02 por cópia
Aluguel do prédio	R\$ 300,00	
Outros gastos	R\$ 500,00	R\$ 10,00 para cada 1.000 cópias
Toner		0,01 por unidade

Preço de venda = R\$ 0,10 por unidade.

Com base no custeio integral, determinar:

- a) o custo fixo total;
- b) o custo fixo unitário;
- c) o custo variável total;
- d) o custo variável unitário;
- e) o custo total;
- f) o custo total unitário; e
- g) qual o resultado da empresa.

Com base no custeio por absorção e sabendo que o volume de produção considerado ideal pela empresa é de 250.000 cópias por mês, determinar:

- h) o custo total unitário de cada cópia fornecida no mês; e II.2) o resultado



da empresa no mês.

i) Com base no custeio direto / marginal, determinar:

j) o custo unitário por unidade;

k) a margem de contribuição;

l) o ponto de equilíbrio em R\$ e quantidade; e

m) o resultado da empresa.

2. A Lavanderia LALÁ atende dois clientes comerciais: o Motel Cameron e o Hospital São Manoel. Em 2001, as receitas e custos por cliente foram os seguintes:

	Motel Cameron	Hospital São Manoel	Total da empresa
Receitas	\$ 230.000	\$ 350.000	\$ 580.000
Custos e Despesas Variáveis	\$ 215.000	\$ 305.000	\$ 520.000
Custos e Despesas Fixas Alocadas a cada cliente	\$ 20.000	\$ 30.000	\$ 50.000
Lucro Operacional	(R\$ 5.000)	R\$ 15.000	R\$ 10.000

A lavanderia deveria rescindir o contrato com o Motel Cameron por ser deficitário? Justifique a sua resposta.

3. Empresa fabricante de três produtos diferentes apresentou os seguintes resultados por produto:

	Produto A	Produto B	Produto C
Receita de vendas	\$ 65.200	\$ 85.600	\$ 102.400
Custos variáveis	\$ 44.000	\$ 77.200	\$ 80.200
Margem de contribuição	\$ 21.200	\$ 8.400	\$ 22.200
Custos fixos	\$ 9.400	\$ 12.000	\$ 14.200
Lucro operacional	\$ 11.800	(\$3.600)	\$ 8.000

Analise o quadro acima e avalie a possibilidade de eliminar a produção do produto B, sabendo que, neste caso, serão eliminados totalmente os custos variáveis com a sua fabricação (\$ 77.200) e reduzidos em 15% os custos fixos totais da fábrica (atualmente são de \$ 35.600).

4. Considere os dados abaixo relativamente ao Produto Alfa e determine o ponto de equilíbrio monetário e o ponto de equilíbrio em quantidade.

- Preço unitário de venda = R\$ 80,00
- Despesas variáveis de venda = 20% do preço de venda
- Custo variável unitário = R\$ 54,00
- Custos fixos totais = R\$ 220.000,00
- Despesas fixas totais = R\$ 80.000,00

2ª	1. Custo de Aquisição 2. Custos com Pessoal 3. Custos Patrimoniais 4. Custos com Terceiros	4. Calcular os custos de aquisição de insumos e materiais diversos; 5. Calcular os custos com mão de obra direta e indireta; 6. Mensurar os custos de depreciação; 7. Entender gastos e responsabilidades com terceirização.	Unidade Curricular 2 Links sobre os temas de aula	6
	Exercícios			6
3ª	1. Estudo dos sistemas ou métodos de custeio	Fixar conteúdos e praticar simulações de custeio organizacional.	Unidade Curricular 3 Links sobre os temas de aula	20
	Exercícios			10
4ª	1. Fixação do Preço de Venda 2. Valorização dos Estoques 3. Custo Padrão	1. Compreender os métodos de precificação; 2. Calcular os estoques de acordo com os métodos mais utilizados 3. Operacionalizar instrumento de controle de custos	Unidade Curricular 4 Links sobre os temas de aula	16
	Exercícios			8



Aula 7. Fixação do preço de venda com base em custos

Objetivos:

- discutir os métodos de precificação;
- demonstrar os cálculos dos estoques de acordo com os métodos mais utilizados; e
- operacionalizar instrumento de controle de custos (custo-padrão).

Conforme Martins (2006), uma das principais finalidades da contabilidade de custos é a formação do preço de venda. Para a formação do preço de venda é necessário conhecer o custo do produto, porém esta informação não é suficiente. Além do custo interno dos produtos, é necessário coletar informações no mercado sobre os preços dos produtos dos concorrentes, o preço dos produtos substitutos, o posicionamento da empresa no mercado: baixo custo (venda em escala) ou diferenciação por qualidade ou outros atributos.

É possível formar preço de venda utilizando qualquer um dos métodos de custeio estudados, como o custeio por absorção e o custeio variável. Mas, sabemos que o custeio variável é mais interessante quando estamos trabalhando o lado gerencial.

A formação do preço tendo por base o custeio por absorção tem como ponto de partida o custo do produto ou serviço; além do custo ainda são embutidos no preço os gastos variáveis, tais como impostos, comissões e outros; e uma margem de lucro líquido desejada.

Para que seja possível embutir os demais gastos e o lucro desejado, pode ser utilizada a técnica do *mark-up*. Uma tradução para este termo é “indexador”.

Existem dois tipos de *mark-up*: o *mark-up* divisor e o *mark-up* multiplicador.



O *mark-up* divisor é a diferença entre o preço de venda 100% e os percentuais que se deseja embutir no preço.

Exemplo:

Preço de venda 100%

(-) Impostos 26,25%

(-) Comissões 3%

(-) Despesas administrativas fixas 10% sobre o preço de venda

(-) Lucro líquido desejado 10%

***Mark-up* = 50,75% para utilização no cálculo deve ser fracionado 0,5075**

A formação do preço de um produto utilizando o *mark-up* calculado anteriormente é muito simples:, basta dividir o custo do produto apurado através do custeio por absorção pelo *mark-up* de 0,5075.

Fórmula: preço de venda (PV) = CUSTO / *mark-up*

Exemplo: Uma empresa de canetas esferográficas apurou um custo por unidade de caneta de R\$ 0,70. Qual será o preço da caneta?

$PV = 0,70 / 0,5075 = R\$ 1,38.$

Para que o produto pague seus gastos totais e deixe um lucro líquido de 10%, deve ser vendido por R\$ 1,38. Veja a decomposição do preço abaixo:

PV = R\$ 1,38

(-) Custo do produto R\$ (0,70) (inclui matéria-prima e custos de fabricação)

(-) Impostos 25,25% sobre o preço R\$ (0,36)

(-) Comissões 3% sobre o preço R\$ (0,04)

(-) Despesas 10% sobre o preço R\$ (0,14)

= Lucro líquido 10% R\$ (0,14)



Formação do preço de venda utilizando o custeio variável

A formação do preço de venda pelo método de custeio direto, variável ou marginal também pode ser feito com a utilização da técnica do *mark-up* anteriormente demonstrada.

A diferença está especificamente no custo do produto. Destaca-se que, para o método de custeio variável, considera-se como custo do produto apenas o valor das matérias-primas e os gastos gerais de fabricação, por sua vez, devem ser cobertos pela margem de contribuição do produto.

Utilizando-se por base o mesmo exemplo trabalhado anteriormente, supõe-se que o custo de matéria-prima de cada caneta esferográfica seja R\$ 0,50, os impostos permanecendo num total de 26,25% e as comissões de 3%. As despesas, assim como os custos de fabricação, são gastos estruturais e, segundo este método de custeio, devem ser cobertas pela margem de contribuição.

A empresa definiu que o produto caneta precisa contribuir com uma margem de contribuição de 35%. Qual será o preço de venda?

Mark-up a ser utilizado:

Preço de venda 100%

(-) Impostos 26,25%

(-) Comissões 3%

(-) Margem de contribuição 35%

***Mark-up* = 35,75% fracionado no cálculo 0,3575**

Neste caso, para que o produto forneça uma margem de contribuição de 35% para a empresa, deve ser vendido a R\$ 1,40. Veja a decomposição do preço a seguir:

Preço de venda = R\$ 1,40

(-) Custo do produto R\$ (0,50) (inclui matéria-prima e custos de fabricação)

(-) Impostos 25,25% sobre o preço R\$ (0,37)



(-) Comissões - 3% sobre o preço R\$ (0,04) = Contribuição marginal R\$ (0,49)

= Margem de contribuição 35%

A principal vantagem de estabelecer preço pelo custeio variável é a facilidade de se estabelecer o preço de venda e um lucro desejado a partir da margem de contribuição e do ponto de equilíbrio.

Se a empresa do exemplo anterior tem um custo fixo de produção de R\$ 25.000,00 e despesas fixas de R\$ 10.000,00, quantas canetas são necessárias vender ao preço de 1,40 para não incorrer em prejuízo?

Ponto equilíbrio = gastos fixos / contribuição marginal PEQ = 35.000,00/0,49
= 71.429 canetas.

Devido à alta concorrência, a empresa estuda reduzir o preço de cada caneta para R\$ 1,30, sendo que os custos e as despesas não podem ser reduzidos.

Quantas canetas a empresa precisa vender para não ter prejuízo?

Para que seja possível analisar o ponto de equilíbrio, é necessário obter a nova contribuição marginal de cada caneta.

PV = R\$ 1,30

(-) Custo do produto R\$ (0,50) (inclui matéria-prima e custos de fabricação)

(-) Impostos 26,25% sobre o preço R\$ (0,34)

(-) Comissões 3% sobre o preço R\$ (0,04) = Contribuição marginal R\$ (0,42)

= Margem de contribuição 32,31%

PEQ = GF / CM. Unit.

PEQ = 35.000,00/ 0,42 = 83.334 canetas.

IMPORTANTE: No caso de reduzir o preço para R\$ 1,30, a empresa precisará vender 83.334 canetas. Esta informação é extremamente importante na to-



mada de decisões de uma empresa.

Finalizamos mais uma etapa do nosso aprendizado e já estamos quase no final. É importante sempre voltar às aulas iniciais, se surgirem dúvidas. Na próxima aula, trataremos sobre a valorização dos estoques.





Aula 8. Valorização dos estoques

Objetivos:

- indicar os métodos de precificação; e
- definir os modos de calcular os estoques de acordo com os métodos mais utilizados.

Em virtude de poder existir em estoque o mesmo material a valor unitário de aquisição diferente, no momento da requisição ao almoxarifado para aplicação na produção, ou na expedição, no momento da venda, estarem disponíveis produtos a custos diferentes de aquisição, foram criados diversos métodos para valorar o material ou produtos e para poder apropriar seu custo.

Imagine a compra de um produto em intervalos de tempo diferentes. Muito dificilmente compraremos este pelo mesmo preço. A inflação, mesmo que não esteja em patamares muito elevados, influencia o preço dos produtos. assim como a demanda, que, quando alta, tende a empurrar os preços para cima.

Método Peps - Primeiro a Entrar é o Primeiro a Sair

Este método de origem estrangeira é amplamente conhecido como Fifo, que é a abreviatura de *first in first out*.

Neste método, são baixadas nos registros de estoques sempre as unidades mais antigas das mercadorias ou insumos (matérias-primas). Desta forma, o valor dos estoques remanescentes fica mais atualizado.

Método Ueps - Último a Entrar é o Primeiro a Sair

Da mesma origem do anterior, é conhecido como Lifo, que é a abreviatura de *last in - first out*.

Neste método, são baixadas, nos registros de estoques, sempre as unidades mais novas das mercadorias ou insumos (matérias-primas). Desta forma, o valor dos custos reconhecidos ficam mais atualizados. No Brasil, este método



não é permitido pela Legislação Fiscal, porém pode ser utilizado para fins gerenciais, pois elevaria o custo do produto e o lucro antes do imposto de renda seria menor, o que daria menor arrecadação ao Estado.

Método do Custo Médio Ponderado

Como o próprio nome indica, significa um valor médio do saldo existente no almoxarifado, e que é determinado pela divisão do valor do saldo pela sua quantidade, após cada entrada do material, já que as saídas não alteram o valor médio do estoque.

As devoluções de material requisitado em excesso, e não aplicado na produção, entram no estoque pelo mesmo valor unitário da saída que originou, na data em que se efetuar a devolução.

QUADROS DE EXEMPLOS DOS MÉTODOS MAIS UTILIZADOS

PEPS

DATA	MOVIMENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	QUANTID X VALOR UNIT	SALDO QTD TOTAL
03/jan	ENTRADA	10	10	100	10
04/jan	ENTRADA	5	10,5	52,5	15
05/jan	ENTRADA	8	11	88	23
06/jan	SAÍDA	15	10,17	152,5	8

(152,5 DIVIDIDOS PELA QUANTIDADE DA SAÍDA)

(10 QTD POR 10,00 + 5QTD POR 10,50)

UEPS

DATA	MOVIMENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	QUANTID X VALOR UNIT	SALDO QTD TOTAL
03/jan	ENTRADA	10	10	100	10
04/jan	ENTRADA	5	10,5	52,5	15
05/jan	ENTRADA	8	11	88	23
06/jan	SAÍDA	15	10,70	160,5	8

(152,5 DIVIDIDOS PELA QUANTIDADE DA SAÍDA)

(8QTD POR 11,00 + 5QTD POR 10,50 + 2QTD POR 10,00)

CUSTO MÉDIO

DATA	MOVIMENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	QTD X VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ACUMULADO	VALOR MÉDIO
03/jan	ENTRADA	10	10	100	100	10
04/jan	ENTRADA	5	10,5	52,5	152,5	10,17
05/jan	ENTRADA	8	11	88	240,5	10,46
06/jan	SAÍDA	15	10,46	156,85		

(15QTD MULTIPLICADO PELO VALOR MÉDIO)

(VALOR TOTAL ACUMULADO DIVIDIDO PELO TOTAL DA QTD ATÉ A ÚLTIMA DATA)

Aula 9. Custo-padrão

Objetivo:

- ilustrar a operacionalização do instrumento de controle de custos (custo-padrão).

O que é custo-padrão?

O custo-padrão é um custo pré-atribuído, tomado como base para o registro da produção antes da determinação do custo efetivo.

Em sua concepção gerencial, o custo-padrão indica um “custo ideal” que deverá ser perseguido, um norte para a empresa, servindo de base para a administração medir e eficiência da produção e conhecer as variações de custo.

Esse custo ideal seria aquele que deveria ser obtido pela indústria nas condições de plena eficiência e máximo rendimento.

Em resumo: o método de custeio-padrão pode ser utilizado contabilmente e gerencialmente, porém é imprescindível que seu ajuste com os custos reais se faça regularmente, exigindo-se tal procedimento quando por ocasião do levantamento do balanço patrimonial.

O que é controlar, para o gestor de custos?

- é conhecer a realidade;
- é comparar a realidade com o que era esperado acontecer;
- é identificar rapidamente as divergências e suas origens; e
- é tomar atitudes para correção das divergências.

Características do custo-padrão

- É instrumento de controle para os gestores da organização;



- é determinado com antecedência; e
- é um custo possível de ser alcançado, pois, quando da sua fixação, deficiências sabidamente existentes são consideradas.

Determinação do custo-padrão

- determinação das quantidades físicas (volume de cada item de matéria-prima, número de horas de mão de obra, consumo de energia elétrica etc.); e
- transformação das quantidades físicas em valores monetários (horas de mão de obra multiplicadas pelo custo unitário da mão de obra; quilos de matéria-prima multiplicados pelo custo unitário da matéria-prima etc.).

Vantagens do custo-padrão

- eliminação de falhas nos processos produtivos;
- aprimoramento dos controles;
- instrumento de avaliação de desempenho;
- rapidez na obtenção de informações;
- responsabilidade pela fixação do custo-padrão; e
- envolvimento de praticamente todos os setores da empresa:
 - administração da produção - fixação das quantidades físicas (padrões técnicos);
 - setor de custos - determinação dos padrões monetários;
 - departamento recursos humanos - custos da mão de obra; e
 - departamento de compras - custos unitários dos insumos.

Análise das variações entre o custo real e o custo-padrão.

Classificação das variações quanto à eficiência

- Variações favoráveis - o custo real é menor do que o custo-padrão \Rightarrow maior eficiência do que o esperado; e



- variações desfavoráveis - o custo real é maior do que o custo-padrão \Rightarrow Houve uma margem de ineficiência, visto que foram consumidos mais recursos produtivos do que o esperado.

Classificação das variações em relação à sua causa

- Variações de quantidade (VQ) - diferenças decorrentes dos padrões físicos; e
- variações de custos (VC) - diferenças decorrentes do custo unitário de cada item.

Conclusões sobre as variações e atribuições de responsabilidade

Variações nos insumos

Possíveis causas:

- padrões físicos inatingíveis ou superestimados;
- compras de insumos de qualidade inferior;
- aumento dos desperdícios por ineficiência da mão de obra (MDO);
- MDO mal treinada aumentando o nível de desperdício;
- MDO desmotivada (ou mal-remunerada);
- máquinas obsoletas aumentando o consumo de insumos;
- matérias-primas mal acondicionadas, gerando perdas no manuseio;
- compras de insumos por custo superior ao padrão; e
- máquinas sem manutenção aumentando o consumo de insumos.



Variações na MDO

Possíveis causas:

- padrões físicos inatingíveis ou superestimados;
- contratação de MDO de má qualidade, mão de obra mal treinada;
- mão de obra desmotivada ou mal-remunerada;
- aumento não previsto dos salários;
- quantidades excessivas de horas-extras devido a falhas nos orçamentos e programações de vendas;
- máquinas sem manutenção adequada, aumentando o número de paradas improdutivas; e
- ineficiência da MDO (poderia produzir mais);

Variações nos Custos Indiretos de Fabricação

Possíveis causas:

- aumentos não previstos de tarifas de serviços públicos (água, energia elétrica, comunicações etc.);
- aquisição de novas máquinas, aumentando os custos de depreciação;
- diminuição da produção em decorrência da falta de vendas; e
- greves de funcionários.

EXEMPLO NUMÉRICO DA DETERMINAÇÃO DAS VARIAÇÕES

	Custo Real	Custo Padrão
Quantidade Física Insumos por Unidade	4 Kg	4,10 Kg
Custo do Kg de Insumos	R\$ 8,90	R\$ 9,00
Horas de MOD por Unidade	7 horas	6,80 horas
Custo da Hora de MOD	R\$ 12,50	R\$ 12,00



CUSTOS UNITÁRIOS TOTAIS

Padrão

$$ct = \text{Insumos} + \text{MOD}$$

$$ct = (4,10 \times 9,00) + (6,80 \times 12)$$

$$ct = 36,90 + 81,60$$

$$ct = 118,50$$

Real

$$ct = \text{Insumos} + \text{MOD}$$

$$ct = (4 \times 8,90) + (12,50 \times 7)$$

$$ct = 35,60 + 87,50$$

$$ct = \text{R\$ } 123,10$$



Veja mais em: [http:// www. polosolucoes. com.br/artigos/ custopadraoempresatextil.pdf](http://www.polosolucoes.com.br/artigos/custopadraoempresatextil.pdf)

Análise

- Insumos = - 1,30 \Rightarrow favorável (quando o sinal for negativo é que conseguimos ser melhor do que o que estava orçado)
- MOD = 5,90 \Rightarrow desfavorável (quando o sinal for positivo é que fomos pior do que o que estava orçado)
- Total = 4,60 (123,10 - 118,50) \Rightarrow desfavorável

ANÁLISE DOS CUSTOS COM INSUMOS

Total dos custos com insumos

$$\text{Padrão} = 4,10 \times 9,00 = \text{R\$ } 36,90 \quad \text{Real} = 4 \times 8,90 = \text{R\$ } 35,60$$

Variação favorável de R\$ 1,30, ou seja: real menos padrão deu sinal negativo (35,60-36,90 = -1,30)



ANÁLISE DOS CUSTOS COM MOD

Total dos custos com MOD

Real = $7 \times 12,50 = \text{R\$ } 87,50$

Padrão = $6,80 \times 12,00 = \text{R\$ } 81,60$

Varição desfavorável de R\$ 5,90, ou seja: real menos padrão deu sinal positivo ($87,50 - 81,60 = 5,90$)



Atividades de Aprendizagem

Considerando as informações constantes da tabela abaixo, apresente uma análise da variação dos custos reais em relação ao custo-padrão.

EXEMPLO NUMÉRICO DA DETERMINAÇÃO DAS VARIAÇÕES

	Custo Real	Custo Padrão
Quantidade Física Insumos por Unidade	10,1 Kg	10 Kg
Custo do Kg de Insumos	R\$ 48,00	R\$ 50,00
Horas de MOD por Unidade	7,8 horas	8 horas
Custo da Hora de MOD	R\$ 10,50	R\$ 10,00



Palavras Finais

Foi uma grande satisfação trabalhar com você nessas aulas. A construção do conhecimento acontece pouco a pouco e é muito gratificante participar da sua formação profissional.

Espero que tenha conseguido alcançar com êxito o aprimoramento do seu saber nessa área.

Desejo muito sucesso e até uma próxima.





Referências

BORNIA, Antônio Cezar. **Análise Gerencial de Custos**. São Paulo: Atlas. 2002.

LEONE, George S. G. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2. ed. 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo, Atlas, 9. ed. 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso Básico Gerencial de Custos**. São Paulo: Thomson, 2003.





Currículo do Professor-autor



Alexandre Xavier Vieira Braga

Possui graduação em Administração, com linha em finanças, pela UCPEL, mestrado em Ciências Contábeis, com dissertação em finanças, pela Unisinos e doutorado em Administração, com tese em custos pela Unisino (em andamento). É professor da Universidade Federal de Pelotas, consultor de empresas e professor de MBA de diversas IESs. É membro da Associação Brasileira de Custos e da Sociedade Brasileira de Finanças. Possui experiência acadêmica e profissional na área de gestão, com ênfase em controladoria, atuando principalmente nos seguintes temas: custos industriais, custos logísticos, custos interorganizacionais, alianças estratégicas e administração do capital de giro.







Estrutura e Análise de Balanço

Tânia Duarte



Cuiabá-MT
2015

Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica

© Este caderno foi elaborado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Pelotas Visconde da Graça/RS, para a Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso.

Equipe de Revisão

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Coordenação Institucional
Carlos Rinaldi

Coordenação de Produção de Material Didático Impresso
Pedro Roberto Piloni

Designer Educacional
João Derkoski

Ilustração
Tatiane Hirata

Diagramação
Tatiane Hirata

Revisão de Língua Portuguesa
Ewerton Viegas Romeo Miranda

Revisão Final
Naine Terena de Jesus

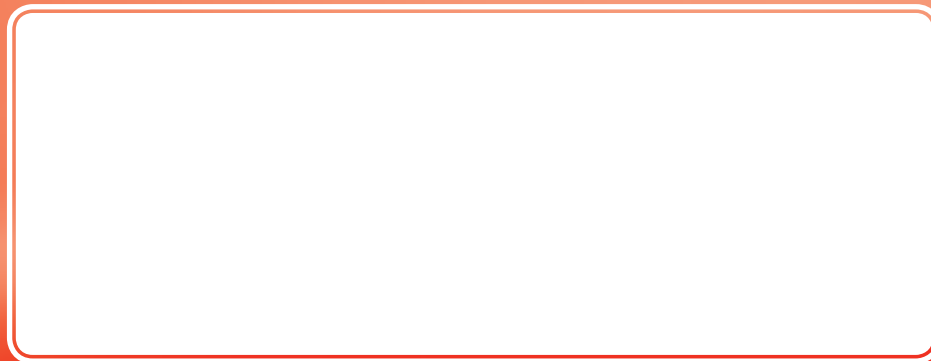
Instituto Federal Sul-rio-grandense - Campus Pelotas Visconde da Graça/RS

Coordenação Institucional
Cinara Ourique do Nascimento

Coordenador do Curso de Administração
Antônio Cardoso Oliveira

Coordenadora do Curso de Contabilidade
Cleuza Maria Gonçalves Farias

Projeto Gráfico
Rede e-Tec Brasil / UFMT



Apresentação Rede e-Tec Brasil

Prezado(a) estudante,

Bem-vindo(a) à Rede e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional de ensino que, por sua vez, constitui uma das ações do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513/2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira propiciando caminho de acesso mais rápido ao emprego.

É neste âmbito que as ações da Rede e-Tec Brasil promovem a parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e as instâncias promotoras de ensino técnico, como os institutos federais, as secretarias de educação dos estados, as universidades, as escolas e colégios tecnológicos e o Sistema S.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade e ao promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

A Rede e-Tec Brasil leva diversos cursos técnicos a todas as regiões do país, incentivando os estudantes a concluir o ensino médio e a realizar uma formação e atualização contínuas. Os cursos são ofertados pelas instituições de educação profissional e o atendimento ao estudante é realizado tanto nas sedes das instituições quanto em suas unidades remotas, os polos.

Os parceiros da Rede e-Tec Brasil acreditam em uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e da educação técnica – capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Junho de 2015

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: remete o tema para outras fontes: livros, filmes, músicas, *sites*, programas de TV.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Refleta: momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.



Palavra da Professora-autora

Caro(a) estudante,

É com grande prazer que lhes apresento a disciplina de Estrutura e Análise de Balanço. Espero, nessa disciplina, oferecer um trabalho didático acessível para compreensão dos conteúdos. Ao lado de uma iniciação teórica ao assunto, você encontrará uma parte prática com exercícios que têm como objetivo levá-lo(a) a um melhor desempenho e compreensão da matéria.

Lembro, ainda, que a você cabe o estudo e a pesquisa para o desenvolvimento da aprendizagem. Para iniciar seus trabalhos lhe aconselho a pensar na organização dos horários de estudos. Dedique o tempo necessário para as leituras e atividades. Se houver dúvidas, não perca tempo, refaça a leitura, busque os outros suportes de ensino disponíveis. Dessa forma, você estará adquirindo mais conhecimentos e tendo mais segurança no conteúdo de sua área de atuação.

Uma boa caminhada para nós!

Tânia Cristina Duarte



Apresentação da Disciplina

A proposta da disciplina de Estrutura e Análise de Balanços é apresentar um trabalho didático que possibilite ao(à) estudante conhecimentos e procedimentos contábeis que ocorrem nas empresas. O material foi elaborado visando uma aprendizagem autônoma, ou seja, uma dimensão didática da autonomia, e nesse sentido, as pessoas são vistas como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Busquei abordar os conteúdos especialmente selecionados adotando uma linguagem que facilite seu estudo a distância. Faça bom uso do conteúdo e tenha excelentes aulas!



Sumário

Aula 1. Estrutura das demonstrações financeiras	13
1.1 Demonstrações financeiras	13
1.2 Balanço patrimonial	15
1.3 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	16
Aula 2. Estrutura e análise de balanço	25
2.1 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - (DLPA)	25
2.2 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)	29
2.3 Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA)	33
Aula 3. Análise e interpretação de balanços	39
3.1 Etapas do processo de análise	39
3.2 Estática e dinâmica patrimonial	40
3.3 Introdução a análise	41
3.4 Introdução a quocientes	43
Aula 4. Análise vertical e horizontal	53
4.1 Como calcular o quociente-padrão	55
Aula 5. Relatório de análise	59
Referências	71
Obras Consultadas	71
Currículo da Professora-autora	73



Aula 1. Estrutura das demonstrações financeiras

Objetivos:

- identificar a estrutura das administrações financeiras; e
- reconhecer cada componente dessa estrutura.

Prezado(a) estudante,

Você saberia responder o que é análise de balanços? Saberia dizer se é fácil realizar a análise das demonstrações contábeis? Você já observou em revistas ou livros de demonstrações contábeis como elas são estruturadas? Independentemente de sua resposta, nesta primeira aula preparei informações para que você verifique a importância de se conhecer as peças que estruturam as demonstrações contábeis, entre outros assuntos. Vamos lá?

1.1 Demonstrações financeiras

No texto Estrutura e Análises das Demonstrações Financeiras, disponível no site <http://pt.scribd.com/doc/99651752/Apostila-de-Analise-de-Balancos-Versao-Aluno-Completa-5>, demonstrações financeiras ou demonstrações contábeis são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela empresa, com a finalidade de apresentar informações aos diversos usuários, principalmente de natureza econômica e financeira, relativas à gestão do patrimônio ocorrida durante o exercício social.

Assaf Neto (2002) escreve que a análise de balanço tem o objetivo de apresentar informações sobre posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Segundo o autor, demonstrações contábeis são peças elaboradas com dados extraídos da escrituração da entidade. Para analisá-las, é preciso que você conheça os elementos que as compõem, e entre as principais destacam-se:



De acordo com o artigo 175 da Lei nº. 6.404/76, o exercício social, o qual as entidades geralmente devem apurar os seus resultados e elaborar demonstrações financeiras, tem duração de um ano, e a data do seu término deverá ser fixada no estatuto.



- Balanço Patrimonial
- Demonstração Resultado do Exercício
- Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Ainda no texto “Estruturas e Análises das Demonstrações Financeiras”, é apresentado que a lei nº. 6.404/76 estabelece também que:

- a)** As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes do exercício anterior.
- b)** Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indiquem a natureza e não ultrapassem 0, 1 (um décimo) do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como contas correntes.

Já o texto “ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”, DISPONÍVEL NO SITE <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoesfinanceiras.htm>, aponta que demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral.

Esse texto expõe que as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados dos exercícios.



De acordo com autor Ribeiro (2010), para que o(a) analista possa realizar adequadamente suas tarefas, é necessário que tenha conhecimento dos princípios e das convenções contábeis, saiba escriturar com desembaraço os fatos administrativos responsáveis pela gestão do patrimônio da empresa, conheça os mecanismos de apuração do resultado do exercício, saiba elaborar as demonstrações contábeis e conheça a estrutura de cada uma delas.

1.2 Balanço patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, o patrimônio líquido da entidade (NBC-T32).

Santos, na apostila Contabilidade Comercial, disponível no site http://pvcontabil.com.br/material_didatico/contabilidade_comercial/apostila_com_3.doc, afirma que essa demonstração deve compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis (materiais) como intangíveis (imateriais), as obrigações e o patrimônio líquido da entidade. Para você compreender melhor, conheça a estrutura do balanço patrimonial.

- Estrutura do balanço patrimonial

O balanço patrimonial deve ser estruturado observando-se a disciplina contida nos artigos 178 a 184 da Lei nº. 6.404/76. Ele é composto por duas partes: Ativo e Passivo. Veja o exemplo abaixo:

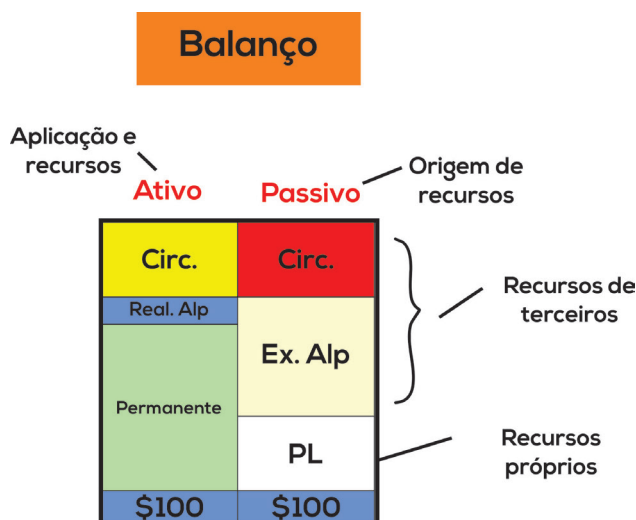


Figura 1
Fonte: autora

O balanço patrimonial é elaborado quando o resultado do exercício já foi apurado e os lançamentos já estejam registrados nos livros Diários e Razão.

Para a apuração do resultado do exercício, é necessário que se tenha alguns métodos, com o objetivo de que os saldos de todas as contas existentes na escrituração da empresa estejam ajustados e corretos, possibilitando que o resultado verificado reflita adequadamente a real situação econômica e financeira da entidade. Observe este modelo de balanço patrimonial:



APLICAÇÃO	Balço Patrimonial - 200x		ORIGEM
	ATIVO	PASSIVO	
	Disponível39.200	Empréstimos e financiamentos.....39.200	
	Duplicatas a receber.....172.480	Fornecedores.....78.400	
	Estoques.....117.600	Obrigações fiscais e previden.....23.520	
	Outros valores a receber.....62.720	Obrigações trabalhistas.....39.200	
	392.000	Outras obrigações e provisões.....54.880	
	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	235.200	
	Créditos diversos.....7.840	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
	7.840	Empréstimos e financiamentos.....156.800	
	PERMANENTE	Total do passivo.....392.000	
	Investimento	CAPITAL DE TERCEIROS	
	Participação em outras empresas.....15.680		
	Terrenos para futura utilização.....235.200		
		CAPITAL PRÓPRIO	
	Bens em operação - líquido.....94.080	Patrimônio Líquido	
	Imobilizado em andamento.....15.680	Capital social.....313.600	
	109.760	Reservas de lucros.....23.530	
	Despesas pré-operacionais.....23.520	Lucro ou prejuízos acumulados.....54.880	
	Total do permanente.....384.160	392.000	
	Total do Ativo.....784.000	Total do Passivo + PL7.....784.000	

Fonte: <http://www.anefac.com.br/imagens/congresso2008/download/ernesto.pdf>
Acesso em: 06/07/11.

1.3 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício é um relatório contábil que tem o objetivo de apresentar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade. A DRE apresenta o lucro ou prejuízo da empresa no desenvolvimento das atividades num período, que geralmente é caracterizado por um ano.

Conheça a estrutura da DRE:

Para se estruturar a DRE, cabe ao profissional conhecer o artigo 187 da Lei nº. 6.404/1976, lembrando que o dispositivo contido nesse artigo não apresenta um modelo a ser seguido pelas empresas, mas traz informações sobre o conteúdo da DRE.



Conheça a Lei 6.4040 através do site.

MODELO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

- Vendas de Produtos
- Vendas de Mercadorias
- Prestação de Serviços

(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

- Devoluções de Vendas
- Abatimentos
- Impostos e Contribuições Incidentes sobre Vendas

= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

(-) CUSTOS DAS VENDAS

- Custo dos Produtos Vendidos
- Custo das Mercadorias
- Custo dos Serviços Prestados

= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO

(-) DESPESAS OPERACIONAIS

- Despesas Com Vendas
- Despesas Administrativas

(-) DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Despesas Financeiras

(-) Receitas Financeiras

Variações Monetárias e Cambiais Passivas

(-) Variações Monetárias e Cambiais Ativas

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Resultado da Equivalência Patrimonial

Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante

(-) Custo da Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante

=RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E
DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E SOBRE O LUCRO

(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o
Lucro

= LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES

Fonte: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstracaodoresultado.htm>. Acesso em: 05/07/11.



Compreenda cada item apresentado no modelo acima:

Receita operacional bruta: composta pelas vendas de mercadorias (empresas comerciais); vendas de produtos (empresas industriais) e receitas de serviços (empresas prestadoras de serviços).

Deduções e abatimentos: nesse item incluem-se todos os valores que devem ser abatidos do valor da receita operacional bruta.

Receita operacional líquida: corresponde ao valor da receita operacional bruta, deduzidas as vendas anuladas, os abatimentos sobre vendas, os descontos concedidos, o ICMS sobre vendas, o PIS sobre faturamento, o COFINS e o ISS.

Custos operacionais: são compostos pelas contas em que os saldos deverão ser subtraídos da receita operacional líquida.

Lucro operacional bruto: está relacionado à receita operacional líquida, da qual foram deduzidos os custos operacionais. É o resultado obtido nas operações objeto da exploração principal da empresa.



Por que depreciar? Quando a empresa compra bens para uso próprio, ela efetua um gasto. Esse gasto, por ser considerado investimento, não pode ser contabilizado como despesa. Entretanto, esses bens, sendo utilizados pela empresa, desgastam-se e perdem o valor. Por esse motivo é feita a depreciação. Através dela, a empresa pode considerar como despesa o valor gasto na aquisição dos seus bens de uso.

Despesas operacionais: Aqui, todas as despesas operacionais de um determinado período são relacionadas em despesas com vendas, despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais.

Depreciação de bens do ativo imobilizado: é referente à diminuição do valor dos elementos resultantes do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normais.

Para depreciar o valor gasto na aquisição de um bem, é preciso atender a exigências legais, tendo em vista, principalmente, o tempo de vida útil do bem. A depreciação pode acontecer devido a:

- **Uso:** adquirimos um veículo hoje. Daqui a cinco anos esse mesmo bem não terá o mesmo rendimento.
- **Ação do tempo:** o próprio veículo, por ficar exposto ao sol e a chuva, sofrendo influências climáticas, se desgasta.



- Obsolescência: por exemplo, antigamente existiam calculadoras eletrônicas, hoje existem computadores mais sofisticados, de fácil manejo.

A taxa de depreciação corresponde a um percentual fixado em função do prazo que se possa esperar da utilização econômica do bem na produção dos seus rendimentos.

Tabela de depreciação (exemplo)

Contas	Vida útil (anos)	Taxa (%) a.a.
Computadores e periféricos	5	20
Edifícios e benfeitorias	25	4
Ferramentas em geral	5	20
Móveis e utensílios	10	10
Automóveis	5	20

Métodos de depreciação

Existem vários métodos de depreciação que podem ser aplicados. Conheça alguns deles: *Método linear* e a *soma dos algarismos dos anos*.

- Método linear consiste na aplicação de taxas constantes durante o tempo de vida útil estimado para o bem.
- Método da soma dos algarismos dos anos consiste em estipular taxas variáveis durante o tempo de vida útil do bem, adotando o seguinte critério: somam-se os algarismos que formam o tempo de vida útil do bem, obtendo-se, assim, o denominador da fração que determinará a taxa de depreciação de cada ano.

Cálculos da depreciação

A depreciação poderá ser calculada por quotas anuais e quotas mensais. É anual quando calculada e contabilizada uma única vez no ano. O valor da quota mensal é obtido dividindo-se o valor da quota anual por 12. Exemplo:

Depreciação de bens constante no balanço do exercício anterior
R\$ 20.000,00

Taxa da depreciação anual...20%

Solução: $20.000 \times 20\% = 4.000,00$



Contabilização:

D – Depreciação

C – Depreciação acumulada

Histórico – Depreciação anual sobre veículos, referente ao presente exercício, Cfe cálculos R\$ 4.000,00.



A conta debitada (depreciação) corresponde à despesa ou custo do período. A conta creditada (depreciação acumulada) é uma conta patrimonial que figurará no balanço patrimonial como conta redutora da conta de veículos.

Amortização

É a redução de valor do capital aplicado na aquisição de direitos, a qual a existência ou o exercício tenha duração limitada, ou bens cuja utilização tenha o prazo legal ou contratual limitado.

Contabilmente, a amortização é um processo semelhante à depreciação, porém aplicada aos bens imateriais.

- **Taxa anual de amortização**

Os critérios para determinação das taxas e respectivas quotas de amortização estão disciplinados no § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76. Entretanto, é importante salientar que o artigo 327 do RIR/99 estabelece que a taxa anual de amortização será fixada tendo em vista:



Leitura do parágrafo 3º do artigo 183 da lei 6.404/76 e artigo 327 do RIR/99, que você poderá encontrar através de uma busca em sites como o google, por exemplo.

I - o número de anos restantes de existência do direito;

II - o número de períodos de apuração em que deverão ser usufruídos os benefícios decorrentes das despesas registradas no ativo diferido.

- **Quota de amortização**

A quota de amortização será determinada pela aplicação da taxa anual de amortização sobre o valor original do capital aplicado. Exemplo:



Calcular e contabilizar a quota de amortização da conta marcas e patentes de 10%, sabendo-se que o saldo da referida conta é de R\$ 20.000,00.

Contabilização:

a) Aplicação da taxa anual de amortização sobre o valor do bem.

$$\text{R\$ } 20.000,00 \times 10\% = 2.000,00$$

D - Amortização

C - Amortização acumulada marcas e patentes

Histórico - Amortização anual sobre marcas e patentes... R\$ 2.000,00.

Exaustão

É a diminuição de valor dos recursos minerais ou florestais, resultante da sua exploração. Esse assunto está disciplinado pela Legislação Tributária, por meio dos artigos 330 a 334 do RIR /99.



Realize a leitura dos artigos 330 a 334 do RIR/99 através de algum *site* de busca, como, por exemplo, o google.

Conceito de provisões

São recursos estimados pela empresa para cobrir perdas que provavelmente ocorrerão: no recebimento de direitos (duplicatas a receber); na alienação de títulos e valores imobiliários representativos de investimentos temporários a curto ou em longo prazo; e título de renda fixa ou variável, na venda de mercadorias, produtos ou outros.

Existem dois tipos de provisões:

- Provisões Ativas
- Provisões Passivas

Essas provisões são constituídas com fundamento na Convenção Contábil do Conservadorismo, na Lei nº. 6.404/76 (artigo 183), em orientações emanadas da Comissão de Valores Imobiliários e na Resolução nº. 750/1993 do Conselho Federal de Contabilidade. Portanto, as provisões têm duas funções importantes na gestão do patrimônio:



a) Possibilitam o reconhecimento, no resultado do exercício em que são constituídas, de perdas que provavelmente ocorrerão, desde que os valores possam ser previamente calculados.

b) Possibilitam que os direitos e os bens geradores das respectivas perdas sejam apresentados no balanço patrimonial pelos seus valores reais, isto é, deduzidos da parcela que não será realizada.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Consiste em um valor provisionado no final de cada exercício social para cobrir, no exercício seguinte, perdas decorrentes do não recebimento de direitos da empresa. O valor da provisão é obtido mediante aplicação de um percentual sobre os direitos existentes na época do levantamento do balanço.

Exemplo prático:

Suponhamos que em 31 de dezembro de X1, uma determinada empresa possua no seu ativo circulante a conta duplicata a receber com saldo de R\$ 500.000,00. Imaginemos que a perda média foi de 4% nos últimos três anos. A constituição da provisão será:

D - Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa

C - Provisão para créditos de Liquidação Duvidosa

Histórico - Provisão que se constitui na base de 4% sobre Duplicatas a Receber... 20.000,00.

Lançamento da Baixa da Duplicata:

D - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

C - Duplicatas a Receber

H - Baixa de Duplicatas consideradas incobráveis... R\$ 8.000,00.

Receitas operacionais

Esse item corresponde às demais receitas, exceto as financeiras, como receitas aluguéis, variações monetárias ativas, receitas de participações e receitas



eventuais, além de receitas recebidas antecipadamente. As mais comuns referem-se a aluguéis ganhos e ainda não recebidos, aluguéis e juros recebidos antecipadamente.

Apuração do resultado do líquido antes da provisão para o imposto de renda

Você já sabe que o resultado do exercício, quando credor (lucro), sofre tributação da contribuição social e do imposto de renda. Em decorrência do que está estabelecido no inciso V do artigo 187 da Lei 6.404/76, convencionou-se denominar o resultado do exercício antes da tributação de “Resultado do Exercício antes da Provisão para o Imposto de (sobre a) Renda”. Veja o dispositivo legal citado: “V - o Resultado do Exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto”.

Deduções do resultado do exercício

- Provisão para contribuição social - deve ser calculada conforme estabelece a própria legislação tributária, que fixa como base de cálculo o resultado do exercício ajustado.
- Provisão para o imposto de renda - também deve ser calculada conforme estabelece a legislação tributária, fixando como base de cálculo o lucro real. Considera-se o lucro real o resultado do exercício ajustado pelas adições.
- Exclusões e compensações previstas na legislação do imposto de renda. Apuração do lucro ou prejuízo líquido do exercício.

O resultado do exercício, depois de deduzidas as participações, denomina-se “lucro líquido do exercício” quando for positivo, e “prejuízo líquido do exercício” quando for negativo.

Participações

As participações dizem respeito às parcelas do resultado do exercício destinadas aos proprietários de debêntures, aos empregados, administradores, aos proprietários de partes beneficiárias e às instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados (as participações, inclusive seus aspectos legais).



Resumo

Nessa aula apresentei a você a estrutura das administrações financeiras e as formas de reconhecer cada componente dessa estrutura, assim como lhe trouxe alguns exemplos e modelos desses componentes.



Atividades de aprendizagem

1. Elabore um balancete de verificação e faça a demonstração do resultado de exercício.
2. Elabore um balanço patrimonial e conceitue cada uma das contas do balanço.
3. Identifique a diferença entre depreciação e amortização;
4. Calcule e contabilize depreciação computadores, pela taxa de 20% a.a.
5. Calcule e contabilize depreciação de móveis e utensílios de 10% a.a.
6. Crie a provisão para créditos de liquidação duvidosa à razão de 4% sobre o saldo de clientes.

Computadores - R\$ 13.000,00

Móveis e Utensílios - R\$ 26.000,00

Clientes - R\$ 39.000,00

Apresentei-lhe nessa primeira aula uma introdução sobre a estrutura da demonstração financeira. Na próxima aula, trarei a estrutura e a análise do balanço.

Boa aula!

Aula 2. Estrutura e análise de balanço

Objetivos:

- reconhecer demonstrações de lucros ou prejuízos acumulados; e
- analisar demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações de fluxo de caixa.

Olá estudante,

Em nossa primeira aula, vimos a importância de se conhecer as peças que estruturam as demonstrações contábeis. Agora, vou lhe apresentar as formas de reconhecer as demonstrações de lucros e prejuízos acumulados e de analisar as mudanças do patrimônio líquido e o fluxo de caixa.

Vamos em frente?

2.1 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - (DLPA)

Caracteriza-se em um relatório contábil que tem por finalidade evidenciar a destinação do lucro líquido apurado no final de cada exercício social.

De acordo com o site <http://pt.scribd.com/doc/73485743/92656-Demonstracoes-sujeitas-a-publicacao>:

Antes do advento da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, convertida na lei 11.941/2009, que, dando nova redação à alínea "d" do § 2º do artigo 178 da Lei nº 6.404/1976, exclui do Patrimônio Líquido a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados. A DLPA era utilizada para evidenciar as mutações ocorridas nessa extinta conta. Agora, todo o Lucro Líquido apurado no final de cada exercício social deve ser destinado à compensação de prejuízos e à constituição de reserva, com o aumento do capital e a distribuição dos dividendos.



A Lei 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº. 11.941/2009, não alterou a redação do artigo 186, que trata da DLPA. Julgamos que a intenção do legislador seja a de que essa demonstração continue sendo elaborada para evidenciar o saldo inicial da conta prejuízos acumulados, se houver os ajustes de exercícios anteriores, as reversões de reversões, bem como o lucro líquido apurado e a sua destinação (<http://pt.scribd.com/doc/73485743/92656-Demonstracoes-sujeitas-a-publicacao>). Acesso em: 17/07/2013).



Veja a estrutura da DLPA:

Estrutura da DLPA

A DLPA deve ser estruturada observando-se a disciplina contida no artigo 186 da Lei nº 6.404/1976, veja:

Art.186. A demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o Lucro Líquido do Exercício;

III - as transferências para as reservas, os dividendos, a parcela dos Lucros incorporada ao Capital e o saldo ao fim do período.

O artigo 186, em seu §2º, estabelece ainda que a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deva indicar montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

Os dados para elaboração dessa demonstração são extraídos do livro Razão, bastando consultar a movimentação ocorrida durante o exercício, especialmente nas contas prejuízos acumulados, juros sobre capital próprio e lucros acumulados, sendo que a primeira é conta patrimonial do grupo do patrimônio líquido e as outras duas, que são contas transitórias, terão seus saldos obrigatoriamente zerados no último dia do exercício social. Abaixo veja como é um modelo de DLPA:



Descrição	Exercício atual	Exercício anterior
Saldo do início do período		
Ajuste de exercícios anteriores		
Saldo ajustado		
Lucro ou prejuízo do período		
Reversão de reservas		
Saldo a disposição		
Destinação do exercício		
• Reserva Legal		
• Reserva Estatutária		
• Reserva Continência		
• Outras Reservas		
• Dividendos Obrigatórios		
• Juros sobre Capital Próprio		
Saldo no fim do exercício		

Como você pôde observar, o modelo do DLPA é composto por alguns itens. Cada item tem uma finalidade, como é descrito abaixo:

- Saldo início do período: corresponde ao saldo da conta prejuízos acumulados constante do balanço de encerramento do exercício anterior.
- Ajustes de exercícios anteriores: o § 1º do artigo 186 da Lei nº 6.404/1976 estabelece que como ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- Saldo ajustado: corresponde ao saldo inicial da conta prejuízos acumulados, mais ou menos ajustes de exercícios anteriores.
- Lucros ou prejuízos do exercício: corresponde ao lucro ou prejuízo líquido apurado no exercício e devidamente na demonstração do resultado do exercício.
- Reversão de reservas: após atingirem suas finalidades e desde que não tenham sido utilizadas para aumento de capital ou para compensar prejuízos, as reservas de lucros deverão ser revertidas para conta lucros acumulados. Dessa forma, a base de cálculo dos dividendos que serão distribuídos para os acionistas poderá ser composta pelo lucro líquido do exercício, e as reversões de reservas poderão ser compostas para o lucro líquido do exercício.



- Saldo à disposição: esse saldo corresponde ao saldo inicial da conta prejuízos acumulados, mais ou menos ajustes de exercícios anteriores, mais lucro líquido do exercício ou menos prejuízo líquido do exercício, mais reversão de reservas. esse montante é que fica à disposição da assembleia (no caso de sociedade por ações) ou dos sócios (nos outros tipos de sociedades).
- Juros sobre capital próprio: os juros remuneratórios do capital próprio pagos ou creditados aos acionistas durante o exercício social, segundo estabelece a legislação tributária, devem ser lançados como despesas financeiras.

Há um entendimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de que esses juros correspondem à distribuição de lucros e não a despesas financeiras, conforme caracteriza o fisco.

Dessa forma, como estabelece a CVM, havendo interesse da empresa em registrar esses juros como despesas financeiras, o respectivo montante deverá ser revertido na DRE, para integrar a base de cálculo das destinações do lucro líquido do exercício.

- Dividendos: para conhecer o valor do dividendo por ação a ser indicado na DLPA, basta dividir o valor dos respectivos dividendos a serem distribuídos pelo número de ações em circulação que compõem o capital da entidade.
- Saldo no fim do exercício: com advento da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, convertida na Lei nº. 11.941/2009, a conta lucros acumulados terá o seu saldo zerado no último dia do exercício social. Assim, somente haverá saldo no final do exercício na DLPA quando houver saldo na conta prejuízos acumulados.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é um relatório contábil que visa a evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o patrimônio líquido em um determinado período (NBCT-3.5).

- **Estrutura da DMPL**

A lei 6.404/1976 não fixa um modelo de DMLP que dever ser utilizado pelas



empresas; entretanto, menciona essa demonstração no § 2º do artigo 186, quando permite que a DLPA seja incluída nela, se elaborada e publicada pela companhia.

- **Elaboração da DMPL**

Os dados para elaboração dessa demonstração são extraídos do livro Razão, bastando consultar a movimentação ocorrida durante o exercício, especialmente nas contas prejuízos acumulados, grupo do patrimônio líquido.

2.2 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

É um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas durante um determinado período, devidamente registradas a débito (entradas) e a crédito (saídas) da conta caixa. Fluxos de caixa, portanto, compreendem o movimento de entradas e saídas de dinheiro da empresa.

Suponhamos o seguinte exemplo:

Informações extraídas dos registros contábeis de uma empresa:

1. Saldos de caixa

a) 31 de Dezembro X1 = R\$ 100

b) 31 de Dezembro X2 = R\$ 200

2. Operações de entradas e saídas de caixa X2:

a) Recebimentos de clientes decorrentes de vendas de mercadorias à vista: 300

b) Pagamento em dinheiro a fornecedores em decorrência de compras de mercadorias: 150;

c) Pagamento em dinheiro de despesas diversas.

Desse modo, considerando que o saldo do caixa no início X2 era igual a 100, e no final igual a 220, podemos concluir que nesse período ocorreu uma



variação positiva de 120 no caixa.

São exatamente as transações que provocaram essa variação de 120 no caixa que serão demonstradas na DFC. Veja abaixo (extraído do livro Estrutura e Análise de Balanço, de Osni Ribeiro):

Demonstração dos Fluxos de Caixa

1-Entradas	
*Recebidos de Clientes	300
TOTAL DAS ENTRADAS	300
2-Saídas	
Pagamento a fornecedores	(150)
Pagamento de despesas	(30)
TOTAL DAS SAIDAS	(180)
Variação do Período (entradas - saídas)	120
(+) SALDO INICIA DO PERÍODO	100
(=) Saldo no final do período	220



O Instituto Brasileiro de Auditores, por meio da NPC de 30 de abril de 1999, fundamentado nas práticas habituais que vêm sendo adotadas nos Estados Unidos e na Europa, em que a elaboração da DFC também é obrigatória, apresenta orientações para a elaboração desse significativo relatório contábil no Brasil.



Vá a um site de busca (www.google.com.br) e procure informações sobre a NPC de 30 de abril de 1999.

• Estrutura da DFC

Conforme o site <http://www.slideshare.net/simuladocontabil/dfc-fluxo-caixa>, a Lei nº 6.404/1976 estabelece, no inciso I do artigo 188, que a DFC deverá indicar no mínimo as alterações ocorridas durante o exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, três fluxos:

- **Das operações**
- **Dos financiamentos**
- **Dos investimentos**





Conceitos de caixa e equivalentes de caixa

Entende-se por fluxos de caixa as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa. Quando falamos em caixa, estamos tratando de todas as disponibilidades da empresa existentes nas contas, como por exemplo a Caixa; bancos - conta movimento; aplicações financeiras de liquidez imediata.

Equivalentes de caixa compreendem as contas representativas de aplicações financeiras que possuem as mesmas características de liquidez e de disponibilidade imediata.



O ideal é que as transações relativas às entradas e saídas de caixa sejam selecionadas em três grupos de atividades.

O primeiro é relativo às atividades operacionais, que são as transações que envolvem a consecução do objeto social da entidade;

O segundo está relacionado às atividades de investimentos que englobam as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços ligados ao objeto social da entidade.

O último liga-se as atividades de financiamentos que incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, a amortização e remuneração.

Atividades de financiamentos

São atividades de financiamentos:

Entradas

- Recebimento de recursos financeiros dos proprietários, como realização do capital ou pela venda de ações emitidas.
- Empréstimos obtidos a curto ou a longo prazo, com emissão de notas promissórias, debêntures, letras hipotecárias, títulos de dívida etc.
- Recebimento de juros decorrentes de empréstimos efetuados a terceiros.



- Recebimento de recursos financeiros decorrentes de doações de caráter permanente ou temporário, com finalidade exclusiva de aquisição, construção ou de expansão, incluídos bens de uso classificáveis no ativo imobilizado.

Saídas

- Pagamentos ao proprietário, sócios ou acionistas referentes a reembolso de seus investimentos no capital da entidade, ou referentes a pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou outras distribuições.
- Pagamentos de empréstimos obtidos.
- Pagamentos de juros sobre empréstimos obtidos.

Além das atividades de financiamentos, temos também transações que não devem integrar a DFC, sendo essas transações aquelas que não movimentam dinheiro. Veja:

- Aumentos de capital com o aproveitamento de reservas.
- Aumentos de capital com conversão de obrigações de curto ou de longo prazo.
- Aumento de capital com integralização em bens do ativo imobilizado.
- Recebimento de doações, exceto em dinheiro.
- Transferências de valores do exigível em longo prazo para o passivo circulante e do realizável em longo prazo para o ativo circulante.
- Distribuição de dividendos, enquanto não forem pagos.
- Compensações de valores passivos com valores ativos, desde que não envolvam dinheiro etc.
- Na DFC, não devem figurar as transações que correspondam a ingressos “virtuais” no caixa, como ocorre, por exemplo, no momento da integralização de capital com bens do ativo imobilizado, ou com a aquisição de bens do ativo imobilizado, financiados em longo prazo.



Existem alguns métodos para a elaboração da DFC. Veja:

a) Método indireto

Nesse método os recursos derivados das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido do exercício, ajustado pela adição das despesas e exclusão das receitas consideradas na apuração do resultado e que não afetaram o caixa da empresa.

b) Método direto

Nesse método os recursos derivados das operações são recomendados a partir dos recebimentos e pagamentos decorrentes das operações normais, efetuados durante o período.

Para se elaborar a DFC, dependendo da complexidade das operações que ocorreram durante o exercício, será necessário preparar mapas ou outros demonstrativos para facilitar o agrupamento de dados a serem indicados nesse demonstrativo contábil. Esses dados devem ser coletados dos balanços dos exercícios atuais e anteriores e da DRE do exercício atual, e também através de consultas em fichas de Razão de algumas contas.

Tanto na DFC direta quanto na indireta, as informações apresentadas no grupo das atividades de investimentos e de financiamentos são as mesmas. O que muda é a forma de apresentar a origem e o destino do dinheiro em decorrência das atividades operacionais.



2.3 Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA)

Segundo o site <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAwa4AL/balanco-social-dva>, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é mais uma das importantes inovações trazidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que promoveu alterações na Lei das Sociedades por Ações. A DVA surgiu na Europa por influência da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha.

Tem sido cada vez mais difundida e adotada por outros países, principalmente por recomendação expressa da Organização das Nações Unidas (ONU).



Conheça a Lei 11.638/2007 através do link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm.



A DVA é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital), bem como a parcela da riqueza não distribuída. O valor adicionado que é demonstrado na DVA corresponde à diferença entre o valor da receita de vendas e os custos dos recursos adquiridos de terceiros. O valor adicionado gerado em cada empresa em um determinado período representa quanto essa empresa contribuiu para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país no referido período (http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110804112924.pdf. Acesso em: 17/07/2013).

A DVA é uma demonstração financeira com informações de natureza social, diferente das demais demonstrações financeiras exigidas pela Lei das Sociedades por Ações. Um modo simples de apurar a riqueza de informações que se pode extrair da DVA, consiste em comparar o percentual de cada item que a compõe em relação ao valor adicionado nela explicitado (http://www.crama.org.br/ead/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=161:estrutura-das-demonstracoes-contabeis&download=508:demonstracoes-contabeis-iii&Itemid=6).

Dessa forma, é possível conhecer o quanto a empresa gerou de riqueza e como essa riqueza foi distribuída em benefício da coletividade, além de podermos identificar a parcela de contribuição de cada setor da coletividade na formação dessa mesma riqueza.

• Estrutura da DVA

No inciso II do artigo 188, a Lei apresenta as informações mínimas que devem ser indicadas na DVA, como: a baixa de uma duplicata como incobrável somente deverá ser efetuada depois que a empresa esgotar todos os recursos necessários a sua cobrança, tais como cartas, telefone culminando com o protesto. O valor da riqueza gerada pela companhia; a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros; e a parcela da riqueza não distribuída. Veja um modelo de DVA:

Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior
1-RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/ (Constituição)		
1.3) Não operacionais		
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)		
2.1) Matérias-Primas consumidas		
2.2) Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos		
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 – RETENÇÕES		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão		
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		





6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1) Pessoal e encargos		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.3) Juros e aluguéis		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício		

As instruções para o preenchimento da DVA fazem parte do modelo de DVA elaborado pela FIPECAFI. Como as informações extraídas são da Contabilidade, deverão ter como base o princípio contábil do regime de Competência de Exercícios.



Notas explicativas

De acordo com as informações do site Scribd, as notas explicativas são esclarecimentos que visam a complementar as demonstrações financeiras e a informar os critérios contábeis utilizados pela empresa, a composição dos saldos de determinadas contas, os métodos de depreciação, os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais etc.

Elas facilitam a interpretação dos dados contidos nas demonstrações financeiras e representam parte integrante das demonstrações financeiras, devendo figurar logo em seguida a essas demonstrações, quando forem publicadas pela empresa.

Essas informações estão disponíveis através do link <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Nib66LITROIJ:pt.scribd.com/doc/137556719/Apostila-Contabilidade-Geral-2012-1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Pareceres e relatório da diretoria

Segundo a legislação atual, as companhias estão obrigadas a iniciar a apresentação das suas demonstrações financeiras com o relatório da diretoria ou do conselho de administração.

O relatório da diretoria é uma apresentação do balanço patrimonial, bem como das demais demonstrações financeiras aos acionistas.



Ele procura detalhar os dados informados nos diversos demonstrativos, comentando o desempenho da empresa no período, analisando a situação econômica e financeira em comparação com outras empresas do ramo, estudos de projeções para o crescimento a curtos e a longos prazos, concluindo, normalmente, com agradecimento a fornecedores, clientes e funcionários.

Pareceres dos auditores

Nos pareceres dos auditores, as demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores e por contabilistas legalmente habilitados, sendo que as demonstrações financeiras das companhias abertas serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

A companhia contrata auditores independentes, os quais examinam todas as demonstrações e a escrita contábil e fiscal, aplicando as normas de auditoria com o intuito de comprovar a veracidade dos dados informados nas demonstrações contábeis.

O parecer dos auditores classifica-se em:

- a) parecer sem ressalva;
- b) parecer com ressalva;
- c) parecer adverso; e
- d) parecer com abstenção de opinião.



Atividades de aprendizagem

1. Elabore a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados da empresa Mendes Silva S/A, cujos dados são os seguintes: (1,0)

- a) Lucro Líquido do Exercício.....282.478
- b) Reserva Legal.....14.123
- c) Dividendos.....268.355
- d) Dividendos por ação do Capital.....0,162639393



2. Responda:

a) O que é DLPA? _____

b) Cite três destinações que podem ser dadas ao Lucro Líquido do Exercício.

c) Em que consistem os ajustes de exercícios anteriores? _____

d) O que é DMPL? _____

e) O que é Demonstração dos Fluxos de Caixa? _____

f) Cite três exemplos de transações que se classificam entre as atividades operacionais. _____

g) O que são equivalentes de caixa? _____

h) O que é a Demonstração do Valor Adicionado? _____

i) Qual a finalidade da DVA? _____

j) Quais são as informações mínimas que devem constar na DVA, segundo determinação contida no inciso II do artigo 188 da Lei 6.404/1976? _____

Resumo

Nessa aula foram apresentadas as formas de reconhecer as demonstrações de lucros e prejuízos acumulados e de analisar as mudanças do patrimônio líquido e o fluxo de caixa.



Aula 3. Análise e interpretação de balanços

Objetivo:

- reconhecer aspectos da análise nas demonstrações financeiras considerando os fatores econômicos, financeiros, patrimoniais e de atividade.

Caro(a) estudante,

Nesta terceira aula irei lhe trazer como assunto a análise e interpretação de balanços. Espero que a leitura esteja sendo agradável e lhe auxilie no desempenho da sua atividade profissional com mais clareza.

3.1 Etapas do processo de análise

São as técnicas que os(as) analistas de balanços utilizam para alcançarem conclusões sobre a situação econômica e financeira da entidade ou outros aspectos relacionados com o patrimônio, de acordo com os interesses dos usuários. A análise de balanços acontece através da análise das demonstrações financeiras.

O processo de análise pode ser desenvolvido em sete etapas:

- 1ª etapa - Exame e Padronização das Demonstrações Financeiras.
- 2ª etapa - Coleta de Dados.
- 3ª etapa - Cálculos dos Indicadores.
- 4ª etapa - Interpretação de Quocientes.
- 5ª etapa - Análise Vertical/Horizontal.
- 6ª etapa - Comparação com Padrões.



- 7ª etapa - Relatórios.

Veja os principais processos da análise:

- a)** Análise propriamente dita - consiste em exame minucioso, abrangendo cada uma das contas que compõem a demonstração financeira objeto da análise.
- b)** Análise por quocientes - é o estudo comparativo entre grupos de elementos das demonstrações financeiras por meio de índices, com o intuito de conhecer a relação entre cada um dos grupos do conjunto.
- c)** Análise vertical - caracteriza-se pela determinação da porcentagem de cada conta ou do grupo de contas em relação ao seu conjunto.
- d)** Análise horizontal - é a comparação realizada entre componentes do conjunto em vários exercícios, por meio de números-índices, com o objetivo de avaliar o desempenho de cada conta ou grupo de contas ao longo dos períodos analisados.
- e)** Comparação com padrões - é a comparação entre quocientes, coeficientes e números-índices correspondentes às demonstrações de uma entidade com os padrões obtidos através do comportamento de um grupo de entidades do mesmo ramo.

3.2 Estática e dinâmica patrimonial

A *estática patrimonial* ocorre ao examinar um balanço patrimonial, quando se pode visualizar o conjunto de elementos, representativos dos bens, dos direitos, das obrigações e do patrimônio líquido, que compõem o patrimônio da entidade em um determinado momento.

A comparação de dados, como a relação entre o ativo circulante e o passivo circulante, entre o ativo circulante mais o realizável em longo prazo e o passivo circulante mais o exigível em longo prazo, podem ser analisados por meio do balanço patrimonial.

Já a *dinâmica patrimonial* está relacionada à demonstração financeira que melhor espelha a situação dinâmica do patrimônio: a demonstração do resultado do exercício. Por meio das contas que compõem a demonstração do



resultado do exercício, podemos visualizar as variações que provocaram aumentos ou diminuições no patrimônio líquido, ocorridas durante o exercício.

Aos usuários das demonstrações financeiras interessa conhecer, principalmente, dois aspectos do patrimônio, segundo a apostila Estrutura e Análise de Balanços, disponível através do link http://xa.yimg.com/kq/groups/22243170/1350029169/name/Apostila_de_Controladoria%5B1%5D.pdf:

1º - O aspecto econômico - envolve o rendimento que o capital aplicado na empresa proporciona aos seus investidores;

2º - O aspecto financeiro - envolve a capacidade da empresa de poder saldar os compromissos assumidos junto a terceiros.

A situação financeira da empresa é evidenciada por meio do balanço patrimonial (estática patrimonial), enquanto a situação econômica é ressaltada pela demonstração do resultado do exercício (dinâmica patrimonial).



3.3 Introdução a análise

O primeiro passo a ser dado pelo(a) analista para realizar as tarefas de análise será examinar minuciosamente cada uma das contas que compõem as demonstrações financeiras da empresa objeto de análise. Os saldos das contas apresentadas nas demonstrações poderão englobar vários valores de elementos de uma mesma natureza. Exemplos:

- Saldo da conta caixa - normalmente o saldo dessa conta é composto por vales, cheques e dinheiro. É preciso saber qual é a participação dos vales no montante do saldo da conta, bem como se eles representam valores que serão ressarcidos imediatamente ou não.
- Conta bancos conta movimento - é importante verificar se os saldos das contas bancárias foram devidamente conciliados, qual é o número dos estabelecimentos bancários com os quais a empresa mantém contas correntes etc.
- Conta aplicações de liquidez imediata - deve-se verificar se correspondem a aplicações de curtíssimo prazo, se estão contabilizadas pelo valor



nominal etc.

- Conta clientes ou duplicatas a receber - é preciso examinar o percentual das vendas à vista e das vendas a prazo no volume das vendas totais; o percentual das duplicatas não recebidas; os prazos de vencimentos, bem como os valores que vencem a 15, 30, 60 ou mais dias; os descontos previstos no caso de recebimentos antecipados; a existência de vendas com reserva de domínio; a existência de títulos em carteira, sendo estes descontados, caucionados ou em cobrança bancária etc.

Padronizações das demonstrações financeiras

A sintetização das contas e dos grupos de contas extraídos dos grupos originais e transportados para demonstrações padronizadas agilizam o processo de análise e facilitam as tarefas dos(as) analistas. Cabe lembrar que uma das contas que deve ser reclassificada é a conta duplicatas descontadas. Essa conta deve figurar no passivo circulante.

Se no exame das contas forem constatados erros, intencionais ou não, o(a) analista deverá solicitar esclarecimentos e propor que os erros sejam corrigidos, com o intuito de continuar a sua tarefa.

Um aspecto importante a ser verificado nesse processo de análise é o confronto entre saldos de contas das diversas demonstrações financeiras. Para isso, o(a) analista deve estar atento(a):

- Se o saldo da conta lucro ou prejuízo líquido do exercício, informado na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, é o mesmo constante da demonstração do resultado do exercício;
- Se os valores das provisões para contribuição social e para o imposto de renda constantes no passivo circulante do balanço patrimonial são os mesmos da demonstração do resultado do exercício;
- Se os saldos das contas do patrimônio líquido do balanço patrimonial coincidem com os respectivos saldos da demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- Se a inflação é um ponto importante no que diz respeito à elaboração das demonstrações padronizadas.



Se a inflação não for considerada, a perda do poder aquisitivo da moeda poderá distorcer os resultados da análise.



Para que os resultados da análise não se distanciem da realidade, é sempre conveniente que os valores constantes das demonstrações objeto da análise sejam traduzidos em valores de moeda de poder aquisitivo constante, como o dólar norte-americano.

Na vida prática, o(a) analista deverá acompanhar as mudanças que ocorrem na Legislação Comercial e principalmente na Tributária, para adotar os critérios em vigor em cada ano e aplicá-los, visando a tornar o resultado de seu trabalho o mais real possível.

3.4 Introdução a quocientes

Quocientes são índices extraídos das demonstrações financeiras por meio de confrontos entre contas ou grupos de contas. A análise por meio de quocientes é realizada através dos quocientes que demonstram o grau de endividamento, a liquidez e a rentabilidade. A situação financeira é evidenciada pelos quocientes de estrutura de capitais e de liquidez, enquanto a situação econômica é ressaltada através dos quocientes de rentabilidade.

Você já parou para pensar em como se deve interpretar um quociente? A interpretação dos quocientes pode ser feita em três etapas:

- a)** interpretação isolada;
- b)** interpretação conjunta; e
- c)** comparação com quocientes-padrão.

Para isso, cabe ao(à) analista selecionar um conjunto de quocientes que lhes permita obter os resultados desejados. É preciso seguir uma sequência lógica na interpretação isolada e em conjunto dos quocientes, visando a ganhar tempo e obter melhores desempenhos. A interpretação de um quociente completará a interpretação do quociente anteriormente analisado, dando a conhecer, com certa facilidade, a capacidade econômica e financeira da entidade, da forma mais racional possível. Veja abaixo alguns tipos de quocientes:



a) Quocientes de estrutura de capitais

Os quocientes de estrutura de capitais servem para demonstrar o grau de endividamento da empresa em efeito das origens dos capitais investidos no patrimônio. Eles apresentam a proporção existente entre os capitais próprios e os capitais de terceiros, sendo calculados com base em valores extraídos do balanço patrimonial.

Do confronto entre os capitais próprios e os capitais de terceiros, é possível detectar quem investiu mais na empresa: os proprietários ou as pessoas estranhas ao negócio. Quando os investimentos na empresa são financiados pelos capitais próprios em volume maior do que pelos capitais de terceiros, é possível dizer que a situação financeira da empresa é satisfatória.

b) Quocientes de participação de capitais de terceiros

Esse quociente revela qual a proporção existente entre capitais de terceiros e capitais próprios. A interpretação desse quociente deverá ser direcionada a medir o grau de endividamento da empresa. Esse quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais.



Interpretação: quanto menor esse quociente, melhor.

Fórmula (1):

$$\text{QPCT} = \text{Exigível Total} \div \text{Patrimônio Líquido}$$



A interpretação desse quociente deverá ser direcionada a verificar a necessidade de a empresa ter ou não de gerar recursos em curto prazo para saldar os seus compromissos.

Fórmula (2):

$$\text{QPCT} = \text{Passivo Circulante} \div \text{Exigível Total}$$

Imobilização do patrimônio líquido

O quociente revela qual parcela do patrimônio líquido foi utilizada para financiar a compra do ativo permanente. A interpretação desse quociente deverá ser direcionada a verificar a existência ou não de capital circulante próprio.



Interpretação: quanto menor esse quociente, melhor.



Fórmula:

$$\text{IPL} = (\text{Ativo não circulante} - \text{Realizável em longo prazo}) \div \text{Patrimônio Líquido}$$

Esse quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais.

Imobilização dos recursos não correntes

O quociente revela qual a proporção existente entre o ativo permanente e os recursos não correntes. A interpretação desse quociente deve ser direcionada a verificar se o capital circulante próprio negativo foi compensado por empréstimos em longo prazo.

Interpretação: quanto menor esse quociente, melhor.



Fórmula:

$$\text{IRNC} = (\text{Ativo Não Circulante} - \text{Realizável em Longo Prazo}) \div (\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo Exigível em Longo Prazo})$$

c) Quocientes de liquidez (ou solvência)

Os quocientes de liquidez comprovam o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos adquiridos com terceiros. Eles mostram a proporção existente entre os investimentos efetuados no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo em relação aos capitais de terceiros.

Podemos dizer que eles são calculados com base em valores extraídos do balanço patrimonial.

Quando a análise dos quocientes de estrutura de capitais sugerirem a existência de um grau de endividamento aceitável, possivelmente a análise dos quocientes de liquidez também tornará visível a existência de grau de **solvência** satisfatório.



Solvência: Ação ou efeito de solver; solvabilidade.



Liquidez geral

Através desse quociente é possível verificar se os recursos financeiros aplicados no ativo circulante e no ativo realizável em longo prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais. A interpretação desse quociente deve ser direcionada a verificar se a empresa tem solidez financeira suficiente para cobrir os compromissos de curto e de longo prazo assumidos com terceiros.

Fórmula da liquidez geral:

Ativo Circulante + Ativo Realizável em Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Exigível em Longo Prazo

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável em Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível em longo prazo})$



Interpretação: quanto maior esse quociente, melhor.

Liquidez corrente

Aqui, o quociente revela a capacidade financeira da empresa de cumprir os seus compromissos de curto prazo. A interpretação desse quociente deve verificar a existência ou não do capital circulante líquido.



Interpretação: quanto maior esse quociente, melhor.

Fórmula:

$LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

Liquidez seca

O quociente revela a capacidade financeira líquida da empresa para honrar os seus compromissos de curto prazo. A interpretação desse quociente deve verificar se o ativo circulante líquido é suficiente para saldar os compromissos de curto prazo.



Interpretação: quanto maior esse quociente, melhor.



Fórmula:

$$LS = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) \div \text{Passivo Circulante}$$

Liquidez imediata

O quociente revela a capacidade de liquidez imediata da empresa para saldar seus compromissos de curto prazo. A interpretação desse quociente deve verificar se existe ou não necessidade de recorrer a algum tipo de operação para obter mais dinheiro para cobrir obrigações com vencimento a curto prazo.

Interpretação: quanto maior esse quociente, melhor.



Fórmula:

$$L I = \text{Disponibilidade} \div \text{Passivo Circulante}$$

d) Quocientes de rentabilidade

Os quocientes de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa. São calculados com base em valores extraídos da demonstração do resultado do exercício e do balanço patrimonial. A rentabilidade do capital investido na empresa é conhecida por meio do confronto entre contas ou grupos de contas da demonstração do resultado do exercício ou conjugando-as com grupos de contas do balanço patrimonial.

Giro do ativo

Esse quociente evidencia a proporção existente entre o volume das vendas e os investimentos totais efetuados na empresa. A interpretação desse quociente deve ser direcionada a verificar se o volume das vendas realizadas no período foi adequado em relação ao capital total investido na empresa.



Interpretação: quanto maior esse quociente, melhor.

Fórmula:

$$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

$$GA = \text{Vendas líquidas} \div \text{Ativo Total}$$

Margem líquida

O quociente revela a margem de lucratividade obtida pela empresa em função do seu faturamento. A interpretação desse quociente deve ser direcionada a verificar a margem de lucro da empresa em relação às vendas.



Interpretação: quanto maior esse quociente, melhor.

Fórmula:

$$M L = \text{Lucro Líquido} \div \text{Vendas Líquidas}$$

Rentabilidade do ativo

Esse quociente evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa. A interpretação desse quociente verifica o tempo necessário para que aconteça retorno dos capitais totais investidos na empresa.



Interpretação: quanto maior esse quociente, melhor.

Fórmula:

$$R A = \text{Lucro Líquido} \div \text{Ativo total}$$

Interpretação isolada dos quocientes

A interpretação isolada dos quocientes consiste numa avaliação do significado intrínseco de cada quociente. Trata-se de um processo simples que apresenta um efeito mais didático do que propriamente prático, pois a análise de balanço só alcança sua plenitude quando efetuada por meio da interpretação conjunta dos quocientes em um mesmo exercício ou em sucessivos exercícios, além da comparação com quocientes-padrão.



Interpretação conjunta dos quocientes

A interpretação conjunta dos quocientes pode ser realizada comparando-os entre si e/ou em sucessivos períodos. Os quocientes de estrutura de capitais, de liquidez e de rentabilidade são interdependentes, pois a entidade que tiver uma boa rentabilidade certamente não estará endividada e terá liquidez estável. As indagações que surgem na interpretação isolada de cada quociente podem ser esclarecidas por meio da interpretação conjunta.

e) Quocientes de rotação ou de atividades

Os quocientes de rotação, obtidos pelo confronto dos elementos da demonstração do resultado do exercício com elementos do balanço patrimonial, evidenciam o tempo necessário para que os elementos do ativo se renovem.

- Rotação de Estoques
- Prazo Médio de Recebimento de Contas a Receber
- Prazo Médio de Pagamento de Contas a Pagar
- Posicionamento Relativo
- Rotação do Ativo

f) Quocientes de capitais próprios

Segundo Marques (2004), “Os quocientes de capitais próprios, obtidos pelo confronto entre o patrimônio líquido e vários elementos do balanço patrimonial, ressaltam a posição do capital próprio no conjunto patrimonial”.

Fórmula (1):

$$\text{QCPAC} = \text{Patrimônio Líquido} \div \text{Ativo circulante}$$

Fórmula (2):

$$\text{QCPAT} = \text{Patrimônio Líquido} \div \text{Ativo Total}$$

Fórmula (3):

$$\text{QCPAR} = \text{Patrimônio Líquido} \div \text{Ativo Real}$$



g) Quocientes de estabilidade

Marques (2004) escreve ainda que o quociente de estabilidade é obtido pelo confronto entre o ativo permanente e o passivo exigível em longo prazo.

Fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

$$QE = \text{Ativo Permanente} \div \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}$$

h) Quocientes de interesse dos investidores

Os quocientes mais expressivos, segundo Marques (2004), mediante os quais os acionistas podem conhecer a rentabilidade obtida pelos investimentos que efetuarem na compra de ações é:

- Rendimento das Ações
- Rendimento Nominal
- Rendimento Real
- Rendimento Atualizado
- Rendimento Total
- Rendimento do Capital Investido
- Valor Patrimonial da Ação

Resumo

Nessa aula, apresentei-lhe a análise e interpretação dos balanços, mostrando que a intenção dessas ações é contribuir para o desenvolvimento das empresas através dos cálculos para se obter a situação econômica e financeira da instituição.

Estamos na metade da disciplina. Como você pode perceber, a função do(a) analista é bastante complexa e exige atenção. Nessa aula expus diversas fór-



mulas que serão utilizadas no dia a dia da empresa. Na próxima aula, tratarei da análise vertical e horizontal.



Aula 4. Análise vertical e horizontal

Objetivo:

- compreender e emitir parecer da situação econômico-financeira de uma organização, através da utilização de técnicas de análises.

Olá estudante,

Até aqui bastante já foi dito sobre a estrutura e análise de balanço. Falta pouco para encerrarmos a disciplina e confio na sua dedicação. Siga em frente, leia com atenção, reflita, busque compreender todas as informações repassadas.

Vamos juntos!

A análise vertical é utilizada para se comparar cada um dos elementos de um conjunto em relação ao seu total. Ela evidencia a porcentagem de participação de cada elemento no conjunto, e o cálculo do percentual que cada elemento ocupa em relação ao conjunto é feito por meio de regra de três, em que o valor-base é igualado a 100, sendo os demais, calculados em relação a ele.

Exemplo:

Para calcular a porcentagem de participação que a conta despesas

administrativas, de \$ 257.310, ocupa na demonstração do resultado do exercício que tem uma receita operacional líquida de \$ 1.372.500, faremos:

$$1.372.500 = 100\%$$

$$257.310 = x$$

Logo:



$$257.310 \times 100 \div 1.372.500 = 18\%$$

Fonte: <http://xa.yimg.com/kq/groups/27121590/1526212340/name/ADF+APOSTILA+9+ANALISE+VERTICAL+E++HORIZONTAL+UNISA.doc>

Já a análise horizontal tem por finalidade evidenciar a evolução dos itens das demonstrações financeiras ao longo dos anos. Ela possibilita o acompanhamento da atuação de cada uma das contas que compõem a demonstração em questão, observando as tendências evidenciadas em cada uma delas, sejam de evolução ou de retração.

É realizada através dos números-índices, uma operação estatística, usada pela análise de balanços, que tem o objetivo de substituir os valores constantes das contas de cada exercício por um número percentual que facilita a comparação entre eles.

Exemplo:

Suponhamos que a demonstração do resultado do exercício de uma determinada empresa apresente os seguintes valores da receita operacional líquida:

- Exercício de x1 = 2.500.000
- Exercício de x2 = 7.322.200
- Exercício de x3 = 9.547.111
- Escolhendo o exercício x1 como base, faremos:
- Cálculo do Índice para o exercício de x2:
 - \$ 2.500.000 = 100%
 - \$ 7.322.200 = x



Logo:

$$IH2 = 7.322.200 \times 100 \div 2.500.000 = 292\%$$

Cálculo do Índice para o exercício de x3:

$$\$ 2.500.000 = 100\%$$

$$\$ 9.547.111 = x$$

Logo:

$$IH2 = 9.547.111 \times 100 \div 2.500.00 = 382\%$$

Fonte: <http://xa.yimg.com/kq/groups/27121590/1526212340/name/ADF+APOSTILA+9+ANALISE+VERTICAL+E++HORIZONTAL+UNISA.doc>

A análise vertical e a análise horizontal devem ser utilizadas conjuntamente, pois elas servem para complementar as observações efetuadas por meio da análise por quocientes. Ambas são mais detalhadas, envolvendo todos os itens das demonstrações, e revelam as falhas responsáveis pelas situações de anomalia da entidade.

4.1 Como calcular o quociente-padrão

Para se calcular o quociente-padrão, é preciso colher dados de um maior número de empresas que desempenhem ação no mesmo ramo de atividade, do mesmo porte, no mesmo período e que atuem na mesma região, sob o mesmo regime econômico. Os cálculos necessários para se chegar ao quociente-padrão envolvem uma série de procedimentos, que exigem do(a) analista muito cuidado para que possa refletir adequadamente o comportamento médio de determinada categoria de empresas. As formas mais utilizadas são média aritmética, moda e mediana, entre outras. Abaixo, citamos as características de algumas delas:

a) Média aritmética

A média aritmética é alcançada ao somar todos os elementos do conjunto e dividindo o resultado pelo número de elementos.



Quociente-padrão são os quocientes alcançados com maior frequência por empresas que exercem o mesmo ramo de atividade e atuam em uma mesma região. A interpretação isolada e conjunta dos quocientes referentes a um ou a vários períodos poderá revelar, com precisão, os graus de endividamento, solvência e rentabilidade alcançados por uma empresa. Para saber se a situação é ótima, boa ou regular, precisamos comparar o quociente encontrado com o quociente-padrão (<http://xa.yimg.com/kq/groups/23380284/55321069/name/6+Per%C3%ADodo+-Analise+Economica+de+Balanco.pdf>)



- Exemplo: Natália, em quatro provas de Matemática realizadas durante o ano, obteve as seguintes notas: 7 - 9 - 6 - 10.

Média Aritmética: $= (7+9+6+10) \div 4 = 8$

b) Moda

Consiste no elemento que maior número de vezes ocorre no conjunto.

- Exemplo: em uma prova de Contabilidade Geral, as notas obtidas por 15 alunos foram:

2 - 2 - 4 - 4 - 4 - 6 - 6 - 6 - 6 - 6 - 9 - 9 - 10 - 10 - 10.

Nesse caso, a moda é 6, pois foi a nota alcançada pelo maior número de alunos num universo de 15 alunos.

c) Mediana

Colocam-se os elementos do conjunto em ordem crescente de grandeza; a mediana será o elemento que estiver exatamente no meio, isto é, aquele que possuir o mesmo número de elementos acima e abaixo de si.

- Exemplo: as notas de Estrutura e Análise de Balanços obtidas por 15 alunos em um determinado mês foram as seguintes:

4 - 9 - 9 - 5 - 4 - 4 - 10 - 7 - 8 - 9 - 5 - 4 - 7 - 8 - 3

Colocando essas notas em ordem crescente, teremos:

3 - 4 - 5 - 7 - 8 - 9 - 10.

Nesse caso, a mediana é 7.

d) Decil

Adotando os decis, usaremos nove medidas, possibilitando assim, melhor comparação do desempenho de uma empresa em relação a seus concorrentes. Suponhamos que, em uma determinada região, existam 40 empresas que atuam no mesmo ramo de atividade. Os procedimentos para cálculo dos



quocientes-padrão dessas 40 empresas poderão ser os seguintes:

- 1º) Seleciona-se um grupo de quocientes suficiente para o conhecimento da situação econômico-financeira das empresas.
- 2º) Calculam-se os quocientes de estrutura de capitais, liquidez e de rentabilidade das 40 empresas.
- 3º) Elaboram-se 12 mapas, um para cada quociente. Nesses mapas, os quocientes são colocados em ordem crescente de grandeza.
- 4º) Calculam-se os decis.

Para o cálculo dos decis:

- Dividem-se os 40 quocientes em 10 partes.
- A primeira parte corresponderá ao primeiro decil, que terá 90% dos quocientes acima de si.
- A segunda parte corresponderá ao segundo decil, que terá 10% dos quocientes abaixo e 80% acima de si, e assim por diante.
- O quinto decil corresponderá à mediana, pois conterà a mesma quantidade de decis abaixo (1º, 2º, 3º e 4º decis) e acima (6º, 7º, 8º e 9º decis).

Exemplo:

a) Relação dos quocientes de liquidez geral das 40 empresas:

0,91 - 1,29 - 1,54 - 1,67 - 1,76 - 0,76 - 1,18 - 1,80 - 1,72 - 1,55 - 1,24 - 0,79
- 0,97 - 1,39 - 1,98 - 1,45 - 1,60 - 1,94 - 2,04 - 1,82 - 1,02 - 1,71 - 1,49 -
0,82 - 1,11 - 2,00 - 1,05 - 1,20 - 1,41 - 1,33 - 1,35 - 1,63 - 1,92 - 1,16 - 1,87
- 1,38 - 1,84 - 1,50 - 1,79 - 1,70

b) Colocam-se os quocientes em ordem crescente de grandeza:

0,76 - 0,79 - 0,82 - 0,91 - 0,97 - 1,02 - 1,05 - 1,11 - 1,16 - 1,18 - 1,20 - 1,24
- 1,29 - 1,33 - 1,35 - 1,38 - 1,39 - 1,41 - 1,45 - 1,49 - 1,50 - 1,54 - 1,55
- 1,60 - 1,63 - 1,67 - 1,70 - 1,71 - 1,72 - 0,76 - 1,79 - 1,80 - 1,82 - 1,84 - 1,87



- 1,92 - 1,94 - 1,98 - 2,00 - 2,04

c) Calcula-se o quociente-padrão para cada decil:

Primeiro decil: média aritmética entre o quarto quociente do primeiro decil e o primeiro quociente do segundo decil;

Segundo decil: média aritmética entre o quarto quociente do segundo decil e o primeiro quociente do terceiro decil.

Terceiro decil: $(1,29 + 1,33) \div 2 = 1,31$

Quarto decil: $(1,38 + 1,39) \div 2 = 1,385$

Quinto decil: $(1,45 + 1,49) \div 2 = 1,47$

Sexto decil: $(1,55 + 1,50) \div 2 = 1,575$

Sétimo decil: $(1,70 + 1,71) \div 2 = 1,705$

Oitavo decil: $(1,79 + 1,80) \div 2 = 1,795$

Nono decil: $(1,87 + 1,92) \div 2 = 1,89$

- O quinto decil corresponde à mediana.

Resumo

Apresentei-lhe nessa aula as análises vertical e horizontal, que possibilitam o(a) analista compreender e realizar um parecer sobre a situação econômico-financeira de uma organização.

Chegamos ao fim da penúltima aula. Nela, Mostrei as técnicas necessárias para se emitir um parecer sobre a situação de uma empresa. Você pode ter reparado que tanto na terceira como na quarta aula, o conteúdo tratou de análises. Essas informações são importantes e se houve dúvidas, busque uma nova leitura e os demais canais de informações disponíveis em seu curso. Boa aula!

Aula 5. Relatório de análise

Objetivo:

- compreender a situação econômico-financeira de uma organização através da utilização de técnicas de análises de relatórios.

Caro(a) estudante,

Como citamos no encerramento da aula anterior, você está tendo acesso a diferentes formas de compreender e analisar a situação econômico-financeira de uma organização. A ideia é que com esse conhecimento você possa utilizá-las nos momentos corretos. Dessa forma, encerro a aula lhe apresentando o relatório da análise.

Relatório de análise é o documento, organizado pelo(a) analista de balanços, com as conclusões resultantes do desenvolvimento do processo de análise.

Você deve estar se perguntando: o que interessa realmente em um relatório de análise? Posso destacar que para os fornecedores, a informação principal é relacionada a seus clientes.

Os fornecedores desejam saber se terão ou não condições de pagar as duplicatas em dia; se a situação de liquidez, seja ela favorável ou desfavorável, vai perdurar por muito tempo ou se é passageira; se, no caso de um imprevisto, poderão levantar recursos junto a instituições financeiras; se apresentam tendências para falência.

Já no caso dos bancos, a informação está relacionada à existência de solidez financeira; se não estão endividados ou não apresentam tendências para falência. Com base nessas informações, para se elaborar um relatório de análise, é necessário:

- Utilizar uma linguagem acessível para os leigos, mesmo que alguns usuários possuam conhecimentos de contabilidade. O(A) profissional



deve relatar suas conclusões com o objetivo de auxiliar o usuário em suas tomadas de decisões.

- Os relatórios de análise de balanços poderão conter informações em graus variados, dependendo da necessidade do usuário. Neles devem ser informadas a situação econômico-financeira da empresa e o desempenho ao longo dos períodos analisados, assim como as tendências para o futuro.
- Relatórios sucintos (breves) devem ser utilizados para fornecedores e bancos comerciais.



Para que o relatório de análise de balanços seja inteligível por leigos, não deve apresentar dados como quocientes, coeficientes ou números-índices, os quais devem ser traduzidos em informações (http://adm.online.unip.br/img_ead_dp/21330.PDF).

Relatório breve

O relatório breve traz em seu conteúdo aspectos mais importantes da situação patrimonial. Ele se baseia na interpretação de alguns quocientes econômicos e financeiros. Veja este exemplo prático envolvendo todo o processo de análise de balanços:

Demonstrações financeiras

Balço patrimonial da Comercial Rio Verde S.A., em 31/12/x2.

CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
ATIVO	100.000	138.000
ATIVO CIRCULANTE	45.000	66.360
Disponibilidades		
Caixa e Bancos	5.500	5.860
Aplicações de Liquidez Imediata	5.000	16.000
Contas a Receber de Clientes	15.000	22.000
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(500)	(1.500)
(-) Duplicatas Descontadas	(10.000)	(8.000)
Estoques	30.000	25.000
Investimentos Temporários a Curto Prazo	-	7.000
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.000	10.000
Contas a Receber de Clientes	15.000	10.000
Outros Direitos de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	6.000
Ativo Imobilizado	31.600	51.600
(-) Depreciações Acumuladas	(2.400)	(5.560)
Ativo Intangível	12.000	12.000
(-) Amortizações Acumuladas	(1.200)	(2.400)
PASSIVO	100.000	138.000
PASSIVO CIRCULANTE	75.000	47.000
Obrigações a Fornecedores	26.000	20.000
Obrigações Financeiras	30.000	5.000
Outras Obrigações	19.000	22.000
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	35.000
Passivo Exigível a Longo Prazo	-	-
Obrigações a Fornecedores	-	35.000
Obrigações Financeiras		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.000	56.000
Capital	10.000	10.000
(-) Capital a Realizar	(3.000)	-
Reservas	18.000	46.000

Demonstração do resultado do exercício da Comercial Rio Verde S.A., em 31/12/x2.

CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
1.RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Vendas de Mercadorias/Serviços	300.000	430.000
2.DEDUÇÕES E ABATIMENTOS		
Vendas Anuladas	(4.000)	(12.000)
Descontos Incondicionais	-	-
ICMS sobre Vendas	(49.000)	(96.000)
PIS/Cofins	(7.000)	(10.000)
3.RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	240.000	312.000
4.CUSTOS OPERACIONAIS		
Custo das Mercadorias/Serviços Prestados	(94.000)	(106.000)
5.LUCRO BRUTO	146.000	206.000
6.DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com Vendas	(16.000)	(39.000)
Despesas Financeiras	(22.400)	(12.400)
(-) Receitas Financeiras	1.000	11.000
Despesas Gerais e Administrativas	(65.000)	(55.000)
Outras Despesas Operacionais	(6.000)	(9.000)
7.OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-
8.LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	37.600	101.600
9.OUTRAS RECEITAS	-	-
10.OUTRAS DESPESAS	-	-
11.RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR	37.600	101.600
12.PROVISÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(4.000)	(10.000)
13.PROVISÃO DO IR	12.000	30.000
14.RESULTADO DO EXERCÍCIO APÓS IR	21.600	-
15.PARTICIPAÇÕES		
Debêntures	-	-
Empregados	-	(5.000)
Administradores	-	(3.200)
Partes Beneficiárias	-	-
Fundos de Assistência ou Previdência dos Empregados	-	-
16. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.600	53.400
17. LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL	2,16	5,34

Primeira etapa: exame e padronização

Balanço patrimonial padronizado

CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
Financeiro		
Disponibilidades	10.500	21.860
Investimentos Temporários a Curto Prazo		7.000
Soma	10.500	28.860
Operacional		
Contas a Receber de Clientes	14.500	20.500
Estoques	30.000	25.000
Outros Direitos de Curto Prazo	-	-
Soma	44.500	45.500
Total do Ativo Circulante	55.000	74.360
CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.000	10.000
Investimentos	-	6.000
Imobilizado	29.200	46.040
Intangível	10.800	9.600
Total do Ativo	110.000	146.000
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Operacional		
Contas a Pagar a Fornecedores	26.000	20.000
Outras Obrigações de Curto Prazo	19.000	22.000
Soma	45.000	42.000
Financeiro		
Empréstimos	30.000	5.000
Duplicatas Descontadas	10.000	8.000
Soma	40.000	13.000
Total do Passivo Circulante	85.000	55.000



CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.000	10.000
Investimentos	-	6.000
Imobilizado	29.200	46.040
Intangível	10.800	9.600
Total do Ativo	110.000	146.000
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Operacional		
Contas a Pagar a Fornecedores	26.000	20.000
Outras Obrigações de Curto Prazo	19.000	22.000
Soma	45.000	42.000
Financeiro		
Empréstimos	30.000	5.000
Duplicatas Descontadas	10.000	8.000
Soma	40.000	13.000
Total do Passivo Circulante	85.000	55.000
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Passivo Exigível a Longo Prazo	-	35.000
EXIGÍVEL TOTAL	85.000	90.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	7.000	10.000
Reservas	18.000	46.000
Total do Patrimônio Líquido	25.000	56.000
Total do Passivo	110.000	146.000

CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	240.000	312.000
(-) CUSTO DE MERCADORIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(94.000)	(106.000)
(=) LUCRO BRUTO	146.000	206.000
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com Vendas	(16.000)	(39.000)
Despesas Gerais e Administrativas	(65.000)	(55.000)
Outras Despesas Operacionais	(6.000)	(9.000)
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL (antes do Resulta do Financeiro)	59.000	103.000
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	1.000	11.000
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(22.400)	(12.400)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	37.600	101.600
(+ ou -) OUTROS RESULTADOS	-	-
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS PROVISÕES	37.600	101.600
(-) PROVISÕES	(16.000)	(40.000)
(-) PARTICIPAÇÕES	-	(8.200)
(=) LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.600	53.400

Segunda etapa: coleta de dados

Do balanço patrimonial, extrairemos os seguintes dados:

CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
Disponibilidades	10.500	21.860
Estoques	30.000	25.000
Ativo Circulante	55.000	74.360
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.000	10.000
Ativo Permanente	40.000	61.640
Total do Ativo	110.000	146.000
Passivo Circulante	85.000	55.000
Passivo Exigível a Longo Prazo	-	35.000
Exigível Total	85.000	90.000
Patrimônio Líquido	25.000	56.000
Recursos Não Correntes	25.000	91.000

Da demonstração do resultado do exercício, extrairemos os seguintes dados:

CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
Receita Líquida de Vendas	240.000	312.000
Lucro Líquido	21.600	53.400

Terceira etapa: cálculo dos indicadores

CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2
QUOCIENTES FINANCEIROS		
Estrutura de Capitais		
Participação de Capitais de Terceiros	3,40	1,60
Composição do Endividamento	1,00	0,61
Imobilização do Patrimônio Líquido	1,60	1,10
Imobilização de Recursos Não Correntes	1,60	0,67
Liquidez		
Liquidez Geral	0,82	0,93
Liquidez Corrente	0,64	1,35
Liquidez Seca	0,29	0,89
Liquidez Imediata	0,12	0,39
QUOCIENTES ECONÔMICOS		
Rentabilidade		
Giro do Ativo	2,18	2,13
Margem Líquida	0,09	0,17
Rentabilidade do Ativo	0,19	0,36
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,86	0,95



Fiz um apanhado das etapas abaixo, segundo o texto Análise das Demonstrações Financeiras, disponível em http://adm.online.unip.br/img_ead_dp/21330.PDF, para melhorar a sua compreensão. Veja:

Quarta etapa: interpretação dos quocientes

Estruturas de capitais

- Participação dos capitais de terceiros - tanto em x1 quanto em x2 a empresa encontrava-se endividada, pois trabalhava com capitais de terceiros em proporção maior do que com capitais próprios.
- Composição do endividamento - no exercício de x1, a maior parte dos capitais de terceiros foi tomada para pagamento em curto prazo. No exercício de x2, a situação melhorou, pois a proporção dos capitais de terceiros de curto prazo em relação aos de longo prazo passou de 1,00 para 0,61.
- Imobilização do patrimônio - nos dois exercícios, o patrimônio líquido não foi suficiente para cobrir os Investimentos efetuados no ativo permanente, e revela que capitais de terceiros foram utilizados para cobrir o excesso.
- Imobilização dos recursos não correntes - a queda de mais de 100%, observada no exercício de x2 em relação ao exercício de x1, ocorreu em função de a empresa ter tomado empréstimos de longo prazo para pagar os compromissos de curto prazo, revelando boa administração de suas dívidas.

Quocientes de liquidez

- Liquidez geral - o quociente revela que nos exercícios de x1 e x2 a empresa não conseguiu pagar seus compromissos com recursos próprios.
- Liquidez corrente - em x1 a empresa tinha, no ativo circulante, \$ 0,64 para cada \$ 1,00 de dívidas a curto prazo, apresentando situação desfavorável. Em x2, além de pagar os compromissos de curto prazo, a empresa possuía ainda \$ 0,35 de sobra para cada \$ 1,00 de dívida.
- Liquidez seca - no exercício de x1, o quociente indicava a existência de



dificuldades financeiras para o cumprimento dos compromissos de curto prazo; no exercício de x2, embora o índice indicasse ainda dificuldades, revelava, porém, situação melhor.

- Liquidez imediata - esse quociente pouco ou quase nada acrescenta às conclusões do(a) analista acerca da situação financeira da entidade.

Quocientes econômicos

Rentabilidade

- Giro do ativo - o desempenho comercial da empresa praticamente se manteve de um exercício para outro.
- Margem líquida - esse quociente vem confirmar as observações anteriores acerca dos quocientes financeiros, que revelavam tendências de melhora na situação financeira de um exercício para outro.
- Rentabilidade do ativo - o quociente revela que a empresa se encontra realmente em fase de crescimento.
- Rentabilidade do patrimônio líquido - em x1, a empresa obteve \$ 0,86 de lucro para cada \$ 1,00 de patrimônio líquido. Em x2, essa marca melhorou consideravelmente, pois para cada \$ 1,00 investido no patrimônio líquido, a empresa obteve \$ 0,95 de lucro líquido.

Quinta etapa: análises vertical/horizontal

Demonstração do resultado do exercício da Comercial Rio Verde S.A., em 31/12/x2, padronizada para análise vertical.



	VA \$	AV %	VA \$	AV %
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	240.000	100,00	312.000	100,00
(-) CUSTO DE MERCADORIAS	(94.000)	39,16	(106.000)	33,97
(=) LUCRO BRUTO	146.000	60,83	206.000	66,02
(-) DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com Vendas	(16.000)	6,66	(39.000)	12,50
Despesas Gerais e Administrativas	(65.000)	27,08	(55.000)	17,62
Outras Despesas Operacionais	(6.000)	2,50	(9.000)	2,88
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS				
(=) RESULTADO OPERACIONAL (antes do Resultado Financeiro)	59.000	24,58	103.000	33,01
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	1.000	0,41	11.000	3,52
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(22.400)	9,33	(12.400)	3,97
(=) RESULTADO OPERACIONAL	37.600	15,66	101.600	32,56
(+ ou -) OUTROS RESULTADOS			101.600	32,56
(-) PROVISÕES	(16.000)	6,66	(40.000)	12,8
(-) PARTICIPAÇÕES	(8.200)	2,62		
(=) LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.600	9,00	53.400	17,11

Análise horizontal

Demonstração do resultado do exercício da Comercial Rio Verde S.A., em 31/12/x2.

	VA \$	AV %	VA \$	AV %
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	240.000	100,00	312.000	130,00
(-) CUSTO DE MERCADORIAS	(94.000)	100,00	(106.000)	112,76
(=) LUCRO BRUTO	146.000	100,00	206.000	141,09
(-) DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com Vendas	(16.000)	100,00	(39.000)	243,75
Despesas Gerais e Administrativas	(65.000)	100,00	(55.000)	84,61
Outras Despesas Operacionais	(6.000)	100,00	(9.000)	150,00
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS				
(=) RESULTADO OPERACIONAL (antes do Resultado Financeiro)	59.000	100,00	103.000	174,57
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	1.000	100,00	11.000	1.100,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	(22.400)	100,00	(12.400)	55,35
(=) RESULTADO OPERACIONAL	37.600	100,00	101.600	270,21
(+ ou -) OUTROS RESULTADOS	-	-		
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS PROVISÕES	37.600	100,00	101.600	270,21
(-) PROVISÕES	(16.000)	100,00	(40.000)	250,00
(-) PARTICIPAÇÕES		100,00	(8.200)	8.200,00
(=) LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21.600	100,00	53.400	247,22



Sexta etapa: comparação com padrões

Veja a comparação com padrões no mapa dos indicadores:

CONTAS	EXERCÍCIO x1	EXERCÍCIO x2	Padrão
QUOCIENTES FINANCEIROS			
Estrutura de Capitais			
Participação de Capitais de Terceiros	3,40	1,60	0,85
Composição do Endividamento	1,00	0,61	0,50
Imobilização do Patrimônio Líquido	1,60	1,10	0,60
Imobilização de Recursos Não Correntes	1,60	0,67	0,48
Liquidez			
Liquidez Geral	0,82	0,93	2,00
Liquidez Corrente	0,64	1,35	1,30
Liquidez Seca	0,29	0,89	1,10
Liquidez Imediata	0,12	0,39	0,55
QUOCIENTES ECONÔMICOS			
Rentabilidade			
Giro do Ativo	2,18	2,13	2,10
Margem Líquida	0,09	0,17	0,13
Rentabilidade do Ativo	0,19	0,36	0,20
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,86	0,95	0,25

Sétima Etapa: elaboração do relatório

Após análise e interpretação das demonstrações financeiras da empresa Comercial Rio Verde S.A. relativas aos exercícios de x1 e x2, é possível apresentar as seguintes informações:

Situação financeira

- a)** Endividamento - a empresa tem alto grau de endividamento, uma vez que os quocientes de estrutura de capitais estão acima dos quocientes alcançados por empresas que exercem o mesmo ramo de atividade.
- b)** Liquidez - sob o ponto de vista de solvência, a empresa está em situação desfavorável, já que não apresenta solidez financeira que garanta o cumprimento dos compromissos de curto e de longo prazos. A exceção é o exercício de x2, no qual o quociente de liquidez corrente se encontra ligeiramente acima do quociente-padrão de seus concorrentes.



Situação econômica

- Rentabilidade - a situação econômica no exercício de x2 foi melhor que no exercício de x1. Em x2, os quocientes de rentabilidade encontram-se acima dos quocientes-padrão medianos de seus concorrentes. A boa rentabilidade alcançada no exercício de x2 decorre do esforço efetuado pela empresa no sentido de reverter o alto grau de endividamento apresentado no exercício de x1.

Situações econômicas e financeiras

Embora presente, no exercício de x1, alto grau de endividamento e baixo grau de solvência, a Comercial Rio Vale S.A. revela tendência de melhora em função de boa política de renegociação de dívidas. Essa política permitiu reduzir compromissos de curto prazo em troca de empréstimos de longo prazo. Além disso, houve uma boa iniciativa de contenção de despesas e incentivo ao aumento do volume de vendas, que foi possível por meio da tomada de medidas adequadas.

Resumo

Nessa aula foram apresentadas as dicas de como se elaborar um relatório de análise, baseado na análise econômica financeira da organização.

Chegamos ao final da disciplina. As informações aqui repassadas compilaram os dados referentes à estrutura e análise de balanço, elementos primordiais para o acompanhamento da vida financeira da instituição. O(A) analista precisa estar atento(a) a todas as informações apresentadas e buscar maior qualificação possível para suprir esta demanda do mercado. Continue se dedicando aos estudos e alcance grandes resultados profissionais. Até a próxima!

Referências

Análise das Demonstrações Financeiras. Disponível em: <http://adm.online.unip.br/img_ead_dp/21330.PDF> Acesso em: 17 jul. 2013.

Estruturas E Análises Das Demonstrações Financeiras. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/99651752/Apostila-de-Analise-de-Balancos-Versao-Aluno-Completa-5>> Acesso em: 17 jul. 2013.

Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, altera e revoga o dispositivo da Lei 6.404/1976.

Lei 6.404/1976, de 15 de Dezembro 1976 (Lei das Sociedades por Ações). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 de Dezembro 1976.

Marques, Wagner Luiz. **Contabilidade gerencial as necessidades da empresa.** 2º Edição, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=VidnJAI4N9cC&printsec=frontcover&hl=pt-BR>> Acesso em: 17 jul. 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balanços.** 8 Ed. ampla. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

Santos, Victor , apostila **Contabilidade Comercial.** Disponível em: <http://pvcontabil.com.br/material_didatico/contabilidade_comercial/apostila_com_3.doc> Acesso em: 17 jul. 2013.

<http://www.slideshare.net/simuladocontabil/dfc-fluxo-caixa>. Acesso em: 17 jul. 2013.

http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110804112924.pdf. Acesso em: 17 jul. 2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 17 jul. 2013.

http://www.crama.org.br/ead/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=161:estrutura-das-demonstracoes-contabeis&download=508:demonstracoes-contabeis-iii&Itemid=6. Acesso em: 17 jul. 2013.

http://xa.yimg.com/kq/groups/22243170/1350029169/name/Apostila_de_Controladoria%5B1%5D.pdf. Acesso em: 17 jul. 2013.

Obras Consultadas

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral.** 18º. Ed. São Paulo:Atlas, 1989.

_____. **Contabilidade comercial.** 11ed. São Paulo: Atlas, 1976.



_____ **Estrutura, análise e interpretação de balanços**, 15ª Ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GONÇALVES, Eugênio Celso, BAPTISTA Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDICÍBUS, Sergio de. **Análise de balanço**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas 1989.

_____ **Contabilidade comercial**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Currículo da Professora-autora



Tânia Duarte

Graduada em Ciências Contábeis (1998), com formação pedagógica ensino profissionalizante pelo (CE-FET-RS); graduada em matemática (2009) pela Universidade Católica de Pelotas, atua como professora há doze anos na rede estadual, no curso técnico em Contabilidade, e no ensino médio, no colégio Cassiano do Nascimento (Pelotas). Especialização em matemática e mestranda em matemática pela Universidade Luterana do Brasil.

